



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
LETRAS LINGUA PORTUGUESA

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

A construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Letras Língua Portuguesa do Campus Universitário do Tocantins/Cametá (CUNTINS/Cametá) da Universidade Federal do Pará (UFPA) apresenta como marco inicial as reuniões realizadas desde 2003, no Campus com os representantes da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG/UFPA), Pró-Reitor e assessores técnicos, docentes, discentes e técnicos do Campus. Naquele período as discussões no âmbito apontavam a necessidade de planejamento das ações acadêmicas por meio do Projeto Pedagógico de Curso, de avaliação sistemática das ações formativas de maneira ampliada e de reformulação do currículo ofertado, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

A partir desses e de outros encontros de reflexão e práticas houve momentos de avanço e outros de estagnação na construção do Projeto, devido a vários fatores, como questões administrativas internas do Campus, transição de coordenações, sobrecarga de atividades a serem desenvolvidas no Curso e o número reduzido de pessoal. Outra atividade que contribuiu para a construção deste Projeto foi a participação nas reuniões do Fórum de Graduação e das Licenciaturas. Esses momentos de debate e reflexão sobre o fazer acadêmico possibilitaram partilhar experiências curriculares de outros cursos de licenciatura e a certeza de ser possível a construção do Projeto Pedagógico do Curso de Letras Língua Portuguesa do CUNTINS/ Cametá.

O contexto atual, no entanto, cria novas possibilidades de crescimento e de uma melhor sistematização dos trabalhos realizados pela Faculdade de Linguagem Língua Portuguesa. O corpo docente, outrora reduzido, conta com professores efetivos e mais qualificados para o desenvolvimento de suas atividades. Ao lado disso, a ação dos técnicos da Secretaria

Multicampi divulgando a importância da construção do Plano de Gestão do Campus, como forma de planejamento das ações ligadas às demandas locais, substituindo, assim, as improvisações e dando mais racionalidade às ações de gestão acadêmica e administrativas do Campus. Assim se consubstanciam os ajustes do presente Projeto Pedagógico do Curso de Letras Língua Portuguesa.

1.1 HISTÓRICO, MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA UFPA

A Universidade Federal do Pará (UFPA) é uma instituição pública de educação superior, organizada sob a forma de autarquia especial, criada pela Lei n.º 3.191, de 02 de julho de 1957, estruturada pelo Decreto n.º 65.880, de 16 de dezembro de 1969, modificado pelo Decreto n.º 81.520, de 04 de abril de 1978. A UFPA viveu momentos de profundas mudanças, dentre as quais se destacam as aprovações do seu novo Estatuto e do seu novo Regimento Geral. Com isso, a partir de 2006, a configuração da UFPA passou a ser composta por 10 (dez) Campi Universitários: Abaetetuba; Altamira; Belém; Bragança; Breves (Marajó); Cametá (baixo Tocantins); Castanhal; Marabá (sul do Pará); Santarém (oeste do Pará); Soure (Marajó). Os campi de Marabá e de Santarém pouco tempo depois se tornaram universidades independentes da UFPA, em um processo de crescente busca por autonomia e fortalecimento da Educação Superior no estado do Pará.

A oferta da maioria de suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, além da própria gestão central, ocorre na Cidade Universitária José da Silveira Neto, localizada no bairro do Guamá, a 10 km do centro da cidade de Belém. São ofertados cursos de graduação (licenciaturas e bacharelados) e de pós-graduação (stricto sensu e lato sensu), cursos de extensão, além de prestação de serviços de caráter técnico-científico e sociocultural à sociedade. Estas atividades encontram-se distribuídas pelos campi e núcleos da UFPA. Em Belém, a Universidade ocupa uma área total de 2.064.755,90 m², dos quais 216.858,06 m² são de área construída.

A UFPA tem suas estratégias de atuação definidas para a consecução dos objetivos e desafios institucionais em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2016-2025 e em seu Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) para o período 2017-2020.

A Instituição, segundo o Anuário Estatístico 2017 (Ano-base 2016) da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN/UFPA), é uma instituição de ensino e pesquisa de grande porte do Norte do Brasil, abrigando uma população de 45.156 pessoas. São 2.359 docentes efetivos; 2.487 técnico-administrativos, e 49.435 discentes. Os alunos matriculados na graduação são 40.310 e na pós-graduação 9.125, com 132 cursos de graduação; 70 cursos de

especialização; 74 programas de mestrado e 39 programas de doutorado.

A visão institucional da UFPA é: Ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade (UFPA, 2017, p. 33).

Com essa configuração organizacional e o volume de pessoas aliado aos imensos desafios que a UFPA se propõe a superar, as ações institucionais tendem a adquirir o formato de programas e projetos de ensino que possam traduzir-se em práticas de atuação continuada e qualificada, visando, com isso, o alcance de sua missão institucional.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Curso de Letras da Faculdade de Linguagem Língua Portuguesa, do CUNTINS/ Cametá, da UFPA, como os cursos dos demais Campi, seguiu, desde sua implantação no final da década de 1980, o currículo construído e praticado pelo curso de Letras Língua Portuguesa do Instituto de Letras e Comunicação do Campus de Belém para a formação em língua portuguesa no nível da graduação. O início da oferta do curso de Letras, em Belém data de 1954, passando por alterações curriculares mais recentes nos anos de 1989 e 1993. O currículo resultante dessas mudanças persistiu na formação dos graduados em Letras da UFPA até a promulgação da Lei 9394/1996 e das Diretrizes Curriculares Nacionais (LDBEN) do Ministério da Educação (MEC). Com o início do processo de construção da autonomia dos Campi Universitários fora da Capital do Estado, os cursos de licenciatura em Letras passaram a elaborar coletivamente suas propostas formativas, sob a orientação legal das normas emanadas do MEC e da Instituição.

Buscando adequar-se aos marcos legais e exercitando a autonomia administrativa e acadêmica dos campi, o Curso de Letras da Faculdade de Linguagem Língua Portuguesa, do CUNTINS/Cametá, pretende com o seu Projeto Pedagógico de Curso adequar-se às demandas oficiais, às necessidades pessoais e profissionais de formação acadêmica e à realidade local, de modo a contribuir com o processo de desenvolvimento regional, bem como incentivar ações de ensino, pesquisa e extensão, condizentes com as necessidades do homem e da mulher da Amazônia paraense e, em particular, da Microrregião Cametá.

Nesta proposta formativa optou-se por adotar a estruturação curricular em eixos, já utilizada pela Faculdade de Letras da UFPA-Belém, mas com adequações para atender a aspectos da regionalidade, mas sem perder de vista a unidade institucional e nacional.

Ao considerar nesta proposta tanto as atividades complementares quanto as atividades de

pesquisa e extensão, o PPC caminhou em direção à construção de uma proposta formativa própria do CUNTINS/Cametá, pois se buscou integrar o ensino a outras dimensões formativas para definir o perfil do egresso do curso nessa microrregião, mas mantendo a universalidade das relações didático-pedagógicas com os demais Cursos de Letras da UFPA. Para atender à demanda de formação de novos profissionais na Microrregião de Cametá, o Campus Universitário do Tocantins, por meio da Faculdade de Linguagem/Língua Portuguesa, passou a ofertar turmas nos municípios de Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. Considerando que já há um número significativo de instituições que passaram a ofertar o Curso de Letras, não somente de Língua Portuguesa como língua materna, mas também em línguas estrangeiras, tanto na Capital do Estado, quanto em outros municípios do Pará, em especial em Cametá, constata-se que ainda é grande a demanda de formação de em Letras em todo o Estado do Pará. E o Curso de Letras Língua Portuguesa ofertado pelo Campus de Cametá, por sua vez, permanece o único a ser ofertado na modalidade presencial integral, já que os demais são ofertados à distância.

Continuamente a Microrregião Cametá apresenta um número significativo de egressos do ensino básico que buscam o Campus Universitário do Tocantins/Cametá como principal unidade formadora, na tabela 01, há um registro de que de 2018 a 2021, concluíram o Ensino Médio um total de 32.578 estudantes, tornando-se aptos a participar do processo seletivo. A Faculdade de Linguagem, especialmente, consegue ofertar 80 vagas anuais, distribuindo-as em duas modalidades: 40 destinadas ao extensivo, alternando os turnos de oferta, assim se a oferta de um determinado ano é para o turno da manhã, no ano subsequente será para o turno da tarde e posteriormente para o turno da noite; e 40 vagas são destinadas para o intensivo/integral, possibilitando a formação acadêmica a filhos e filhas de trabalhadores, que por muitas vezes encontra nessa oferta de vagas sua única opção.

Tabela 01: Número de egressos do Ensino Médio na Microrregião Cametá

Ano/Localidade Baião Cametá Mocajuba Oeiras Total de egressos/por ano

2018 1549 5.099 1729 1037 9.414

2019 881 3.216 1796 1056 6.949

2020 999 5.285 1951 1195 9.430

2021 994 3.307 1370 1114 6.785

SOMA 4423 16.907 6846 4402 32.578

Fonte: Unidade Regional de Educação (URE/2022).

Portanto, ao reconhecer cada vez mais os aspectos do funcionamento da complexa rede social em que vivemos, sobretudo, ao que diz respeito ao trabalho, constatamos a

centralidade e a necessidade do ensino de línguas tanto na Escola Básica quanto na Universidade para possibilitar às pessoas uma inserção consciente e significativa nos mais diferentes processos sociais e culturais.

Do mesmo modo, o Curso de Licenciatura em Letras Língua portuguesa manifesta uma política pública de formação docente, que trata, de maneira ampla e simultânea, a formação integral do profissional do magistério, assumindo a responsabilidade de articular de forma efetiva pesquisa e formação inicial em nível superior para atuar na educação básica de forma crítico-reflexiva e comprometida com os princípios democráticos de uma sociedade justa e igualitária, tornando-se assim, indispensável para o projeto nacional da educação brasileira.

Durante os mais de 30 anos de existência no CUNTINS/Cametá, o Curso de Letras contribuiu para qualificar um grande número de educadores para Cametá e para todos os municípios limítrofes a este. Colabora para a concretização da função da universidade pública, ao estabelecer a articulação entre graduação e pós-graduação lato sensu, pesquisa e extensão, obedecendo ao princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa, contemplando, desta forma, o seu papel social e histórico de atividade científica praticada nas áreas da Linguística, da Literatura e do Ensino-aprendizagem de português, pelo viés do ensino, da pesquisa e da extensão.

Assim, o Curso de Letras entende o seu compromisso com o retorno social dos produtos intelectuais da área, das práticas inovadoras, da formação profissional humanística para a cidadania, da eliminação do preconceito linguístico, e de propiciar a reflexão sobre a ética, entre outros fatores constantes da pauta do século XXI. Os estudos linguísticos, literários e didático-pedagógicos da FAL têm contribuído, ao longo da história, para uma melhor compreensão das línguas nas mais diversas perspectivas, desde sua descrição até as formas de ensino, pois pensamos na constituição de um profissional que compreenda os processos humanos mais globais; propicie a reflexão sobre a vivência de estudantes na Educação Básica e, em todo o processo de ensino-aprendizagem que permeiam os estudos sobre a língua portuguesa e inter-relacione essa área de conhecimento, com outros campos do saber. Dessa forma, Curso de Letras é comprometido com a qualidade da formação docente e investe na formação de um profissional responsável e envolvido no trabalho coletivo, que uma vez formado, pense na sua prática escolar, e opte pelas demandas da escola e de seus alunos, sendo capaz de transformar a realidade atual.

O Curso de Licenciatura em Letras do CUNTINS/Cametá entende a docência como um princípio norteador significativo para a ampliação do desenvolvimento do professor de Língua Portuguesa como um profissional sociopolítico e interventivo capaz de mudar a realidade social. Há, portanto, uma necessidade de alinhar-se o perfil desse licenciado às

inovações científicas e tecnológicas e novas teorias da Linguística, da Literatura do Ensino-aprendizagem de língua para não comprometer a busca da excelência acadêmica, reafirmando assim, a responsabilidade inegável desta FAL do CUNTINS/Cametá-UFPA, com as políticas inclusivas, o ensino público gratuito e de qualidade.

Logo, o princípio norteador da modernização deste PPC é emanado pela necessidade de melhoria e reestruturação do Curso de Letras do CUNTINS/Cametá, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, à legislação vigente para a formação inicial do magistério, em especial à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e as normativas da própria UFPA (Regimento Geral, Estatuto da UFPA e Regulamento do Ensino de Graduação). Funda-se na política educacional, embasado nos princípios coesivos da promoção do desenvolvimento nos âmbitos sociocultural, político, filosófico e científico, ao assumir-se o compromisso sociopolítico-educacional do Curso de Letras aos interesses da comunidade.

Reveste-se também do papel social e histórico da atividade científica praticada nas áreas da Linguística, das Literaturas de língua portuguesa e do ensino-aprendizagem de língua, envolvendo questões tais como o retorno social dos produtos intelectuais da área, as práticas inovadoras, a formação discente para a cidadania, o combate ao preconceito linguístico, a reflexão sobre ética na pesquisa e na manipulação de dados, objetivando capacitar os alunos para o exercício da docência, de forma mais eficiente e eficaz, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade do ensino no país.

Dessa forma, este PPC estimula também o debate em torno da Linguística, da Literatura, do Ensino-aprendizagem de línguas, enquanto ciência, e a realização de pesquisas, a fim de aprimorar o ensino-aprendizagem de língua, mais particularmente, as metodologias, estratégias de ensino e procedimentos didáticos, fundando a interação entre o cotidiano das salas de aula, os saberes sociais e o que se produz intelectualmente por meio da ciência na Universidade.

Pensamos um Curso de Letras que cunhe condições favoráveis ao diálogo das teorias com propostas e planejamento de atividades e práticas, a partir de uma focalização no ensino de língua portuguesa na Educação Básica, entendendo essa língua/linguagem como espaço privilegiado de interlocução/interação entre sujeitos, (re)construída e (re)interpretada a cada momento na interação.

Nesse sentido, considerando as múltiplas tendências teórico-metodológicas de um curso de graduação em licenciatura em Letras, cujo objeto de ensino-aprendizagem é a língua/linguagem, cunhamos um curso com uma perspectiva fortemente interdisciplinar, que procura formar professores e professoras de língua portuguesa voltados(as) para a inovação

na sala de aula, ao mesmo tempo em que, de forma crítica e responsável, possam refletir acerca de questões relevantes sobre diferentes usos da linguagem presentes contemporaneamente na sociedade. Esse(a) professor(a) precisará responder aos desafios educacionais do Brasil contemporâneo, considerando princípios fundamentais da construção de uma educação linguística, cultural, literária que vise a práticas sociais mediadas com e pela linguagem.

Diante disso, buscamos, por meio deste PPC, intervir e contribuir na realidade do ensino de língua portuguesa da Educação Básica, com base em discussões de formação para os processos de fala/escuta e leitura/escrita, e, para isso, a FAL acredita na importância de se investir na formação plena do(a) profissional da Educação Básica, para que possa fortalecer a educação da nossa região, e possibilite o desenvolvimento de práticas variadas em sala de aula, criando formas de mediação entre o estudante e o conhecimento letrado que o cerca, consciente de que todo ato de fala constitui em si uma forma de agir sociopoliticamente no/sobre o mundo.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Letras Língua Portuguesa

Local de Oferta:

Endereço de Oferta:

Bairro: Matinha

CEP: 68400000

Número: 2617

Complemento:

Cidade: Cametá

Forma de Ingresso: Processo Seletivo

Número de Vagas Anuais: 80

Turno de Funcionamento: Matutino

Turno de Funcionamento: Vespertino

Turno de Funcionamento: Noturno

Turno de Funcionamento: Integral

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Letras - Língua Portuguesa

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 7.00 ano(s)

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 7.00 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3250 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 3900 hora(s)

Período Letivo: Intensivo; Extensivo;

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular e Paralela

Ato de Criação: Decreto n.º 35.456, de 06 de maio de 1954 (Concede autorização para funcionamento do Curso de Letras)

Ato de Reconhecimento: Portaria MEC n.º 294/2016

Ato de Renovação: CONSUN/614

Avaliação Externa: ENADE/Avaliação do MEC: 3

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

As determinações constantes neste PPC de Letras buscam orientar todas as atividades relacionadas à formação de profissionais da área de Letras, a nível de graduação, que sejam autônomos e capazes de:

- I. Demonstrar sólida formação teórica e competência técnica e político-social
- II. Desenvolver e utilizar tecnologias inovadoras voltadas para a construção de novos saberes
- III. Compreender a sua realidade histórica e intervir de forma criativa para o desenvolvimento do seu meio
- IV. Propor e desenvolver trabalho coletivo e cooperativo
- V. Agir com respeito à liberdade, à ética e à democracia. (UFPA, 2004, p. 1, Art. 2º, grifo nosso).

Se uma formação teórica e uma competência técnica e político-social sólidas são necessárias para subsidiar o trabalho do profissional egresso do Curso de Letras, há de se ter em vista que ele também deve saber se posicionar política e socialmente, a fim de ter consciência de seu lugar no mundo e do papel, do valor de seu trabalho com as diversas manifestações das línguas-culturas, dos diferentes saberes, para construção de um mundo mais justo e digno para todos.

Para estabelecer, portanto, um diálogo profícuo entre as diferentes pessoas, cada uma com suas especificidades, e os diferentes saberes, oriundos ou não do mundo da ciência, [...] os conhecimentos que balizam as atividades no ambiente universitário não [devem ser] apenas provenientes das racionalidades credenciadas ou dos conhecimentos canônicos [pois devem também considerar toda a] multiplicidade de saberes, racionalidades e modos de vida que compõem o cenário social, regional, nacional e mundial são incorporados e valorizados (UFPA, 2017, p. 63, grifo nosso).

Logo, este PPC concebe currículo, antes de tudo, como uma construção cultural intencional capaz de orientar a aquisição de saberes de forma organizada. Ele deve ser dialógico, permitindo em sua matriz uma materialização indissociável e orgânica entre teoria e prática, considerando tanto o conjunto de conhecimentos já disponíveis pela via científica quanto os saberes alcançados pelos povos de maneira empírica, como formas de saber igualmente válidas. Com isso, o currículo envolve não somente as atividades de ensino, mas também todo um conjunto de atividades acadêmicas de pesquisa, extensão e gestão que integralizam o Curso de Letras Língua Portuguesa. Em síntese, busca-se uma permanente e plena vivência acadêmica curricular para desenvolver habilidades suficientes e necessárias para a formação discente, ao mesmo tempo observável para fins de avaliação interna e externa, num [...] processo contínuo e transformador, conceito que não exclui as disciplinas convencionais (PARECER CNE/CES 492/2001, p. 29).

Outra questão importante a ser levantada é a de que estatuto possui a língua portuguesa a ser ensinada e que está na base deste PPC. Ao considerarmos que o Curso de Letras proposto, aprovado (desde 1954 na UFPA e desde 2005 no Campus de Cametá) e em execução em nosso espaço acadêmico, pode atribuir um título de Licenciado em Língua Portuguesa, devemos nos perguntar qual o estatuto dessa língua na formação dos estudantes e no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

Não entraremos aqui no debate sobre a crença mais ou menos generalizada de que existe apenas uma língua no Brasil, ou seja, de que a única língua falada pelos brasileiros seria o Português, pois essa perspectiva, que ainda é resultado do processo de colonização que buscou negar e até mesmo apagar a existência de outras línguas senão a do

invasor-colonizador europeu, não condiz nem com a política da diversidade linguística oficializada no país pelo Decreto Presidencial n.º 7.387, de 9 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010), nem com os dados amplamente divulgados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, que buscou conhecer por meio da pesquisa censitária as línguas faladas no Brasil. Como o Curso de Letras Língua Portuguesa é muito anterior à própria oficialização do Português em nosso país, o que só ocorreu há 30 anos, percebemos que essa questão sempre ficou implícita, por ser aparentemente clara para a maioria das pessoas. No entanto, se não foi o caráter de oficialidade que garantiu ao Curso de Letras a introdução do Português como uma habilitação, pode ter sido o seu estatuto de língua materna.

Consideramos aqui a seguinte reflexão sobre língua materna:

Além de ser associada à mãe e ao ambiente imediato, a LM [língua materna] tem sido definida algumas vezes como sinônimo de língua 1 (L1). Se por um lado esse conceito implica a distinção entre aquisição e aprendizagem, o que torna a questão ainda mais complexa e sujeita a discussões, por outro lado essa distinção leva em conta a ordem de aquisição, mas não necessariamente as condições socioculturais mais específicas dessa aquisição, como as questões identitárias (ZOZZOLI, 2002, p. 269-270).

Sem ampliar demais essa discussão, o fato de a maioria da população brasileira ter o Português como língua materna, ou seja, também como L1, aliado ao fato de todo o sistema escolar brasileiro oferecer a disciplina Língua Portuguesa, também considerando os processos de aprendizagem como orientados para falantes nativos do português, percebemos que essa é a perspectiva a ser adotada em nosso Curso de Letras. No entanto, não podemos esquecer de que, mesmo em turmas onde há predominância do português como língua materna, há a presença de outros estudantes que têm o português como L2 (como é o caso dos surdos que têm libras como L1) e, em casos menos comuns, como língua estrangeira.

Nesse sentido, o trabalho docente há de ser criativo e inclusivo, para fazer uso de tecnologias (novas ou não) da comunicação e da informação, em favor da ampliação constante de seus saberes, bem como dos saberes de seus pares e de seus alunos. Com isso, esse profissional será capaz de não só compreender a sua realidade histórica e linguístico-cultural, mas também de intervir de maneira decisiva para melhor, transformando com sua criatividade, cenário de desesperança e abandono em espaços vivos de interação e de aprendizado. Por isso, A Universidade Federal do Pará norteia suas ações na formação de cidadãos qualificados para construção de uma sociedade inclusiva e sustentável (UFPA, 2017, p. 63).

Tudo isso, sem perder de vista que o trabalho docente deve ser orientado por uma ética, que garanta tanto a consciência do livre exercício de seu fazer profissional quanto o seu posicionamento crítico em cada etapa de suas atividades.

Para alcançar esse conjunto de elementos, o Currículo do Curso de Letras orienta-se pelos seguintes princípios:

- I. integração da pesquisa e da extensão às atividades de ensino;
- II. articulação permanente de conhecimentos e saberes teóricos, com a aplicação em situações reais ou simuladas;
- III. adoção de múltiplas linguagens que permitam ao aluno a identificação e a compreensão do seu papel profissional e social;
- IV. liberdade acadêmica e gestão curricular democrática e flexível, possibilitando a participação do aluno em múltiplas dimensões da vida universitária. (UFPA, 2004, p. 1-2, Art. 3º, grifo nosso).

Essas perspectivas são fundamentais para a construção de um currículo e de um curso que transcenda a perspectiva do ensino como educação bancária, pois, ao relacionar ao ensino a pesquisa e a extensão, nova dimensão assume o trabalho docente, já que não se busca a transmissão, o depósito de saberes do professor para o aluno, mas sim se a construção de conhecimentos de modo criativo e consciente, orientado para uma constante articulação de saberes, cuja aplicação será igualmente livre, intencional e consequente nos mais diferentes contextos da vida da pessoa. Dessa maneira, o aluno pode participar também da construção do currículo do Curso de Letras, questionando, sugerindo e aplicando conteúdos e metodologias, assumindo posições diante do que está relacionado à sua própria formação.

O Curso de Letras, então, deve [...] pautar-se em princípios metodológicos que, admitindo a pluralidade de estratégias, assumam a pesquisa e a relação teoria-prática como elementos indissociáveis no processo ensino-aprendizagem como relação triádica entre professor-aluno-conhecimento (UFPA, 2004, p. 2, Art. 4º, grifo nosso). Do mesmo modo, as práticas e estágios na formação do Curso de Letras, que são componentes curriculares, buscam proporcionar a integração dos conhecimentos teóricos e práticos (cf. UFPA, 2004, p. 2, Art. 9º).

No entanto, ao considerar todos os elementos acima, a ação didático-pedagógica orientada por este PPC, para ser efetivada, deve [...] adotar a avaliação como um elemento constitutivo e orientador do processo de ensino-aprendizagem, viabilizando-se a diversificação de estratégias e dos instrumentos avaliativos (UFPA, 2004, p. 2, Art. 5º, grifo nosso).

Por fim, há de se destacar que o currículo do Curso de Letras presente neste PPC está expresso de forma integrada, compondo-se por meio dos eixos reflexão, uso e prática profissional (cf. UFPA, 2004, p. 2, Artigo 6º), que articulam e integram as atividades curriculares do Curso e se vinculam aos campos de conhecimento (língua, literatura e didática das línguas) e às exigências sociais e profissionais demandadas ao egresso de

Letras. Integrados a esses eixos estão [...] os conteúdos curriculares essenciais ao desenvolvimento das habilidades e competências previstas no perfil profissional (UFPA, 2004, p. 2, Art. 6º). Com isso, as atividades curriculares do Curso de Letras integrantes dos eixos estruturantes constituem módulos que reúnem abordagens diversas, mas que mantêm uma articulação entre si.

OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Letras ? Língua Portuguesa - do Campus Universitário do Tocantins/Cametá tem como objetivo formar profissionais aptos a lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos orais e escritos, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro (PARECER CNE/CES 492/2001, p. 30), a fim de planejar e atuar de forma ética, crítica e criativa em contextos formais (sobretudo em escolas e centros de ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, nos regimes regular e modular) e não formais de ensino na área de português língua materna.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Letras deve compreender a configuração e o funcionamento da Língua Portuguesa, sabendo usá-la com segurança nos mais diferentes contextos, bem como conhecer e compreender as diferentes manifestações das linguagens em sua expressão linguística, literária, artístico-cultural em contextos socioeducacionais. Além disso, esse egresso deverá ter conhecimento das variedades linguísticas, conduzindo adequadamente reflexões teóricas sobre a linguagem e empregando-a com fluência, inclusive, em contextos de usos com novas tecnologias de multiletramentos e práticas pedagógicas. Ainda há de ter autonomia para continuar a aprender após sua formação inicial, com vistas a articular em sua prática profissional docente ações de pesquisa e extensão, sendo capaz de tratar de forma crítica e reflexiva sobre temas relacionados à linguística, à literatura e ao ensino-aprendizagem de língua portuguesa como língua materna (cf. PARECER CNE/CES 492/2001, p. 30).

Espera-se que o egresso do Curso de Letras ? Língua Portuguesa ? atue na área de Educação, lecionando tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, associando suas atividades de ensino com a pesquisa, sendo um professor-pesquisador na área de linguagem. Para isso, deve estar formado tanto pelo arcabouço teórico desenvolvido no curso, pelos

componentes que compõem o grupo I e II (previstos pela resolução CNE/CP N° 2 DE 20 DE dezembro de 2019) quanto pelo conhecimento prático possibilitado pelas atividades do grupo III (da mesma resolução) que trata das atividades propostas por meio das Práticas Curriculares, que totalizam 800 horas, sendo composta por 400 horas de prática e 400 horas de estágio supervisionado.

Além disso, o egresso do Curso de Letras ? Língua Portuguesa ? deve ser um leitor crítico, que domine os argumentos lógico-argumentativos, tenha respeito à diversidade cultural e linguística, seja um pesquisador que consiga correlacionar diferentes vertentes linguísticas, literárias e educacionais. Deve ter o domínio linguístico-gramatical que lhe permita atuar em áreas diversas como produtor e revisor de textos de Língua Portuguesa.

Por fim, esse egresso do Curso de Letras deve ser um profissional comprometido ética e politicamente com os valores inspiradores da sociedade democrática e valores humanísticos, que busque desenvolver uma prática docente autônoma inclusiva e que considere o espaço, o tempo e o lugar do aluno, em sintonia com o mundo contemporâneo, a fim de estabelecer relações de cooperação com os demais atores do contexto escolar de sua atuação; valorizando a diversidade de saberes e linguagens para alcançar uma compreensão ampla da realidade de maneira transdisciplinar.

COMPETÊNCIAS

O licenciado em Letras - Língua Portuguesa - deve desenvolver um conjunto de competências ao longo de sua formação, para proporcionar-lhe as habilidades necessárias para a sua atuação como profissional no ensino de português língua materna, mas também em outros domínios, tais como a pesquisa, a crítica literária, a tradução, a interpretação e a revisão de textos, a produção de roteiros e de discursos, o secretariado, a assessoria linguística e cultural, entre outros. Dentre essas competências relacionadas ao domínio da formação em português, destacamos:

? Ampliar o modo de expressão do estudante de Letras por meio do conhecimento e análise das diferentes semioses, verbal (oral e escrita), corporal, visual, sonora e digital, e dos elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados, desenvolvendo o autoconhecimento e o conhecimento do outro, assim como expressar suas experiências, emoções, anseios, informações, nos mais diversos contextos, favorecendo ao diálogo, à resolução de conflitos, à cooperação e respeito mútuo. Da mesma forma é necessário conhecer e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade

humana, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

? Reconhecer e desenvolver estruturas discursivas com base em fatos e saber colocá-las a serviço do ensino-aprendizagem de Português como língua materna, sabendo refletir sobre o lugar das língua(gens) e seus processos de construção e recepção do discurso oral e escrito, para formular, negociar e defender ideias e pontos de vista, que respeitem e promovam os direitos humanos, a diversidade sociocultural, étnico-racial e de gênero de indivíduos e de grupos sociais, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

? Avaliar, criticar e utilizar as diferentes perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;

? Refletir sobre a relação entre língua e sociedade, distinguindo elementos constitutivos das culturas, os quais a língua estudada está vinculada e reconhecer no processo de formação docente o valor da inclusão social, o respeito à alteridade, à ética profissional, às questões de direitos humanos nos processos de ensino-aprendizagem de Português Língua Materna da atividade docente;

? Compreender os processos fonológicos do Português por meio da variação dialetal e relacioná-los ao ensino-aprendizagem da linguagem oral e escrita, a partir da associação do conhecimento da Fonologia e da Ortografia;

? Identificar os elementos constitutivos dos estilos literários brasileiros e portugueses, por meio da análise e interpretação dos diversos gêneros textuais literários e da observação dos conceitos e funções da literatura.

? Reconhecer as principais teorias da poética e da narrativa da Literatura Brasileira e Portuguesa, como também analisar e interpretar textos literários produzidos na/sobre a Amazônia.

? Compreender os processos de formação do Português do Brasil e o lugar da Etimologia nos estudos linguísticos, refletindo acerca das mudanças fonéticas ocorridas no Português do Brasil;

? Compreender e analisar o sistema morfológico-sintático da língua portuguesa do Brasil, reconhecendo os processos que regem a formação de vocábulos e o funcionamento das estruturas oracionais no contexto discursivo do Português do Brasil, apontando sobre o papel da sintaxe, morfologia, semântica e pragmática na construção de textos no ensino do Português como língua materna;

? Saber utilizar com segurança e agilidade as práticas da cultura digital, as novas práticas sociais e de linguagem, os multiletramentos e os novos letramentos disponíveis como

subsídio dos métodos e das técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos linguístico-literários para as diferentes situações de ensino de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes;

? Refletir sobre os saberes a serem ensinados e aprendidos em relação ao Português Língua Materna e planejar, elaborar plano de curso, de unidade didática e aula, a fim de formular e executar propostas de intervenção pedagógica ajustadas ao nível e possibilidades dos alunos, aos objetivos e às características dos conteúdos próprios às etapas pertinentes.

? Relacionar em sua prática profissional, as práticas pedagógicas escolares às práticas extensionistas do Currículo de Letras/Língua Portuguesa.

? Reconhecer e utilizar recursos didático-pedagógicos no ensino de língua portuguesa a partir das experiências extensionistas in loco vivenciadas no curso

Ao alcançar esse conjunto de competências que envolvem as dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento, o profissional formado no Curso de Letras Língua Portuguesa deverá possuir o conhecimento da base específica de conteúdos consolidada neste PPC e estar [...] apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins (PARECER CNE/CES 492/2001, p. 30). Tudo isso para que ele tenha [...] condições de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a [sua] formação universitária (PARECER CNE/CES 492/2001, p. 31).

Essas competências uma vez desenvolvidas devem conduzir a pessoa a assumir com ética e responsabilidade social e educacional as demandas no mundo do trabalho, com uma percepção crítica de suas ações para construção de uma sociedade mais solidária, justa e humana para todos.

De acordo com a resolução CNE/002_19, Art. 4º, as competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente, compreendendo o conhecimento, à prática e o engajamento profissional do estudante de Letras. No campo do conhecimento profissional as competências incluem o domínio dos objetos de conhecimento e do saber como ensiná-los; o conhecimento sobre os estudantes, de seu contexto de vida e como eles aprendem; e o conhecimento da estrutura e da governança dos sistemas educacionais.

No âmbito da prática profissional, as competências compõem-se de ações pedagógicas que envolvem o planejar, o criar, o avaliar e o saber gerir os ambientes de ensino-aprendizagem que resultem em efetivas aprendizagens, neste caso, relacionadas aos saberes

linguístico-culturais do português do Brasil. Quanto ao engajamento profissional as competências voltam-se para o comprometimento com o próprio desenvolvimento profissional, abrangendo desde a aprendizagem dos estudantes e a participação no Projeto Pedagógico da escola até o engajamento profissional com as famílias e toda a comunidade escolar em geral.

ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular é pensada no sentido de manter uma integração entre todos os seus componentes, como já mencionamos anteriormente, buscando a presença de atividades que corroborem para a formação e valorização dos direitos humanos não somente em uma disciplina, mas, de forma transversal ou transversal-curricular, como dispõe a Resolução do CNE/CP nº 1/2012, estas serão também trabalhadas nas atividades de Extensão e nas Práticas.

Nos dois primeiros eixos, as atividades curriculares propostas articulam-se em torno das competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos futuros profissionais, tendo em vista sua formação como usuários proficientes da língua portuguesa em diferentes situações de interação, bem como o desenvolvimento de uma prática reflexiva capaz de articular os conhecimentos linguísticos, pragmático-textuais e referenciais. Esperamos, dessa forma, fornecer oportunidade para que o(a) aluno(a) não apenas se apropriem de conhecimentos significativos para sua atuação docente, como também reflita sobre a relevância e a pertinência desses conhecimentos para a compreensão, o planejamento, a execução e a avaliação de situações de ensino-aprendizagem.

Com as atividades propostas no terceiro eixo, o da Prática Pedagógica, pretende-se que os(as) futuros(as) professores(as) desenvolvam competências e habilidades que lhes permitam construir, nas interações em sala de aula, uma prática reflexiva de ensino-aprendizagem, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão para compreender e atuar em situações contextualizadas reinventando o cotidiano profissional.

As Atividades Curriculares e as Complementares direcionadas para a formação do(a) graduando(a) em Letras devem proporcionar, inicialmente, a aquisição de conhecimentos estruturados de acordo com os eixos, promovendo ações didático-pedagógicas em busca da integração do ensino, pesquisa e extensão. Essas atividades devem ser desenvolvidas de maneira interdisciplinar para a realização de um currículo integrado e flexível.

As atividades complementares foram divididas em três partes, constituindo-se em Atividade

Complementar I, Atividade Complementar II, Atividade Complementar III, a primeira será destinada ao aproveitamento das vivências de pesquisa coordenada por professores de Língua Portuguesa ou áreas afins, contabilizará 20 horas; a segunda consistirá na participação do discente em atividades de Monitoria na área de Letras/Língua Portuguesa, contabilizando 10 horas e a terceira considerará as produções acadêmico-científicas e intelectuais, como apresentação e/ou produção de trabalhos em anais de eventos, periódicos ou capítulo de livros, contabilizando 20 horas.

O Curso de Letras será integralizado em 3.250 horas (contabilizando com 50 horas de Atividades Complementares), divididas em:

*GRUPO I: Educacionais e pedagógicos

*GRUPO II: Linguagens e suas literaturas

*GRUPO III: Prática dos Componentes Curriculares (PCC) e Práticas dos Componentes Curriculares Extensionistas (PCC-Ex) e estágio supervisionado.

Da carga horária geral do Núcleo da Prática Pedagógica de 800 horas em atendimento, especificamos as horas da: *Prática dos Componentes Curriculares e Práticas dos Componentes Curriculares Extensionistas: 400 horas; *Estágio Supervisionado: 400 horas

Atendendo ao princípio de que haja pelo menos 400 horas destinadas às práticas pedagógicas nos cursos de licenciatura, este PPC de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa possui 400 horas destinadas à Prática como Componente Curricular que serão distribuídas no decorrer do curso, a partir do primeiro semestre. Além das Práticas Como Componentes Curriculares, há 10 componentes que conjugam teoria e prática, tais como: Formação da Literatura Brasileira (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Literatura Portuguesa Contemporânea(40 horas teóricas e 20 horas de prática), Literatura Brasileira do Século XX e XXI ? Poesia (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Literatura do Século XX e XXI ? Prosa (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Psicologia da Linguagem e da Aprendizagem (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Currículo e Didática (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Sintaxe II(40 horas teóricas e 20 horas de prática), Fonologia e Ortografia do Português(40 horas teóricas e 20 horas de prática), Morfologia do Português(40 horas teóricas e 20 horas de prática), Morfossintaxe do Português(40 horas teóricas e 20 horas de prática).

Para garantir a integração entre os elementos formadores do profissional docente, optamos por trabalhar com duas modalidades de práticas: 50%, com práticas voltadas ?ao planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor? (CNE/CP N° 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019), assim como atividades de articulação entre os sistemas de ensino e as instituições

educativas da microrregião de modo a possibilitar as vivências em diferentes áreas do campo educacional ?assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização dos recursos pedagógicos? (CNE/CP Res. N°2, DE 1 DE JULHO DE 2015) e outros 50%, destinam-se às Práticas como Componentes Curriculares Extensionistas, que ultrapassam as vivências em ambientes escolares, destinam-se a promover a presença da universidade, particularmente do curso de Letras da Faculdade de Linguagem ? FAL, nos mais variados espaços da Microrregião Cameté, possibilitando o enriquecimento curricular por meio de ?seminários, projetos de iniciação científica, iniciação à docência, monitoria e extensão? (CNE/CP Res. N°2, DE 1 DE JULHO DE 2015).

Essa configuração das práticas se consubstancia, da seguinte forma: os Componentes Prática de ensino do Léxico do Português do Brasil, Prática de materiais didáticos para o ensino da Língua Materna, Prática de Oralidade e Escuta, Prática de Textos Acadêmico-Científicos parte do componente representam o primeiro subgrupo das práticas e os componentes: Atividade Prática e Extensionista de Multiletramentos Atividade Prática e Extensionista de Ensino de Gêneros Textuais, Atividade Prática e Extensionista de Ensino de Literatura, Atividade Prática e Extensionista de Leitura e Escrita e destinam-se, também, a atender as atividades de extensão, tal como descrevemos anteriormente.

As atividades complementares serão desenvolvidas ao longo do currículo, por meio da participação dos alunos em atividades de pesquisa, monitoria em disciplinas do curso de letras e participação em eventos científicos, como Congressos, Colóquios interdisciplinares, oficinas e minicursos e, por meio de disciplinas optativas distribuídas ao longo do Curso.

Três grandes eixos orientam a distribuição das habilidades e competências a serem desenvolvidas pelo licenciado do Curso de Letras Língua Portuguesa, os quais já vistos anteriormente:

- (i) eixo dos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos da formação do discente em Letras - Língua Portuguesa, sobre os pressupostos filosóficos da prática educacional;
- (ii) eixo das Linguagens e suas Literaturas, que abrange a reflexão sobre a estrutura e o funcionamento da língua, assim como sobre o ensino e aprendizagem da língua e as suas práticas em sala de aula; e por último
- (iii) eixo da prática profissional, que envolve os saberes necessários para o ensino de língua materna ou primeira língua, compreende as atividades curriculares de Ensino-Aprendizagem em Língua e Literatura, e constitui um espaço curricular específico, que enfatiza a observação, o registro e a reflexão sobre situações de ensino-aprendizagem contextualizadas no espaço escolar. Portanto, é a Prática Pedagógica e compreende a prática enquanto componente curricular e os Estágios supervisionados.

O Núcleo da Base Comum contempla a parte da formação geral do(a) aluno(a), as áreas interdisciplinares e do campo educacional, as disciplinas pedagógicas e seus fundamentos e metodologias, a legislação educacional, a avaliação e o currículo. A organização das disciplinas desse bloco visa à articulação entre a reflexão teórico-crítica e os domínios da teoria e prática, relação primordial que todo(a) profissional de Letras necessita estabelecer em sua formação, para se posicionar criticamente diante da sociedade.

Tabela 2 ? Núcleo da Base Comum: Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos

ATIVIDADE CURRICULAR CH

Avaliação no ensino aprendizagem e extensão 60

Cidadania e Educação Inclusiva e extensão 60

Currículo e Didática da Educação Básica 60

Educação e Direitos humanos 30

Fundamentos Históricos e Sociológicos da Educação 60

Filosofia da Educação 60

Letramentos Acadêmicos e Escrita 60

Língua Brasileira de Sinais ? Libras e extensão 60

Língua Estrangeira: Espanhol Instrumental, Francês Instrumental, Inglês Instrumental 60

Metodologia da Pesquisa 60

Oralidade e Ensino-Aprendizagem e extensão 60

Política e Legislação da Educação Básica e extensão 50

Psicologia da Linguagem e da Aprendizagem 60

TDICs no Ensino-Aprendizagem e extensão 60

TOTAL DE CH DESTE NÚCLEO 800

Fonte: Elaborado pelos autores do trabalho.

O Núcleo da Base Específica da Linguagem constitui-se do aprofundamento e diversificação de atividades acadêmicas que devem dar suporte teórico e, principalmente, prático ao campo do saber de Língua Portuguesa e a formação e desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão.

Nesse sentido, o processo educativo fomentado pelas disciplinas desse núcleo da área da linguagem, seja dos estudos linguísticos quanto dos literários visa o fortalecimento entre a articulação da teoria com a prática educacional vigente, abrangendo conhecimentos desde a formação da Língua Portuguesa à avaliação do ensino-aprendizagem de língua materna, procedimentos, projetos, processos de aprendizagem e materiais didáticos para o trabalho com os gêneros textuais, a variação linguística e os textos literários.

Tabela 3 ? Núcleo da Base Específica da Língua ? Linguagens e suas Literaturas

ATIVIDADE CURRICULAR CH

Estudos Diacrônicos do Português	60
Estudos Pragmáticos e discursivos do Português	60
Estudos Semânticos do Português	45
Etimologia do Português	60
Filosofia da Linguagem	50
Fonética do Português	60
Fonologia e Ortografia do Português	60
Formação da Literatura Brasileira	60
Fundamentos da Linguística	60
Fundamentos da Teoria Literária	60
Literatura Brasileira do século XIX	60
Literatura Brasileira do século XX e XXI ? Poesia	60
Literatura Brasileira do século XX e XXI? Prosa	60
Literatura Portuguesa Medieval e Clássica	60
Literatura Portuguesa Contemporânea	60
Literatura Portuguesa Moderna	60
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	45
Literaturas da Amazônia	45
Literatura Infanto-juvenil	45
Morfologia do Português	60
Morfossintaxe do Português	60
Psicolinguística	50
Sintaxe do Português I	60
Sintaxe do Português II	60
Teoria do Texto Narrativo	60
Teoria do Texto Poético	60
Variação do Português do Brasil e Ensino de Língua Materna	60
Trabalho de Conclusão de Curso	60
TOTAL DE CH DESTE NÚCLEO	1600

Fonte: Elaborado pelos autores do trabalho.

Os componentes desses núcleos são ministrados por meio de atividades teórico-práticas que se articulam de forma trans(inter)disciplinar com as atividades curriculares práticas, atividades complementares, extensionistas, culminando no Estágio Supervisionado.

Tabela 04: PRÁTICAS ? 400 HORAS

ATIVIDADE CURRICULAR CH

Prática de ensino do Léxico do Português do Brasil 50

Atividade Prática e Extensionista de Ensino de Gêneros Textuais 60

Atividade Prática e Extensionista de Multiletramentos 30

Prática de Materiais didáticos para o ensino de Língua Materna 45

Atividade Prática e Extensionista de Ensino de Literatura 50

Atividade Prática e Extensionista de Leitura e Escrita 60

Prática de Oralidade e Escuta 45

Prática de Textos Acadêmico-Científicos 60

TOTAL 400

METODOLOGIA

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras entende a metodologia como um conjunto de procedimentos sistemáticos que permitem alcançar os objetivos de ensino-aprendizagem propostos integrando ao ensino ações de pesquisa e extensão. Volta-se para a criação de condições favoráveis ao diálogo com teorias científicas nas áreas de linguística, literatura e ensino-aprendizagem de língua, construindo propostas práticas de intervenção, por meio de projetos didáticos, elaboração de protótipos de materiais didáticos e atividades de pesquisa.

Dessa forma, este Curso de Letras compromete-se com a formação acadêmica na medida em que exerce um trabalho pedagógico que focaliza metodologias centradas no aluno, como agente do processo formativo. Isso é justificado pela vivência prática dos alunos em projetos e soluções de problemas relativos à conjuntura vivenciada pelo discente como o projeto Práticas de letramento na formação de professores de Educação Básica, do Programa Residência Pedagógica, cujo objetivo é desenvolver as ações acadêmicas de formação em

docência de língua portuguesa por meio do estágio, articulando formação científico-pedagógica, observações práticas em sala de aula quanto às dificuldades do trabalho docente às didáticas específicas da área de língua portuguesa e suas tecnologias. Assim, promove-se desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados. (PARECER CNE/CP N.º: 8/2012; RESOLUÇÃO N.º 1/2012).

Assim, os métodos de ensino focam no desenvolvimento profissional, e priorizam o aprender fazendo, por meio de práticas mais efetivas de experimentação formativas, inovações teórico-metodológicas, advindas dos recursos tecnológicos e digitais (audiovisuais), flexibilização curricular e máxima integração das atividades extensionistas ao ensino e percurso formativo do graduando. Os próprios graduandos são resultados das múltiplas relações que os constituem, dentro e fora da universidade, os conhecimentos adquiridos em diferentes contextos em que a aprendizagem acontece não devem ser desconsiderados no processo formativo do profissional de letras.

Os procedimentos metodológicos que consubstanciarão este PPC buscam atender às orientações previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Regulamento de Graduação e na orientações da PROEG (2005), assim como nas Resoluções da UFPA e do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Base Nacional Comum Curricular (2018), assim os procedimentos pautam-se no desenvolvimento de competências voltadas para a construção do sujeito docente, provido de ações libertadoras, respeitando as diversidades, os saberes e a cultura. Para assegurarmos a formação de uma identidade profissional, torna-se imperativo estabelecermos a correlação entre os três grandes grupos que compõem a base de construção curricular, como o Grupo I, que constitui a base comum, que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos?, esses conhecimentos que colocarão os profissionais de letras a par do funcionamento do sistema educacional e das escolas; o Grupo II, dos conhecimentos específicos da área que darão embasamento dos conhecimentos linguísticos e literários e o Grupo III, que propicia o aperfeiçoamento profissional a partir das práticas e da vivência em sala de aula, como nos estágios supervisionados. Da preparação dada pela junção dos três grupos, pretende-se um profissional de Letras ? Língua Portuguesa, que vá além do transmissor de conhecimentos, assuma o protagonismo, o papel de mediador em diversas dimensões, traçando um diálogo com os discentes, proporcionando um ensino reflexivo e inovador. O profissional formado pela associação dos três grupos, já categorizados, terá a seu favor uma percepção mais acurada da realidade em que vive e de seu campo de atuação, com uma forte presença de atividades extensionistas e práticas que farão a diferença no conhecimento do dia a dia do campo de atuação, convergindo para o

desenvolvimento de uma prática problematizadora e dialógica.

Partindo de uma visão dialógica, o docente conduzirá os discentes, em cada disciplina, a ler, analisar, discutir e propor, no primeiro dia de aula, as diretrizes específicas dos conteúdos ministrados em cada um dos componentes curriculares, assim como a forma de avaliação e a metodologia utilizada na disciplina. O Plano de Ensino deverá ser elaborado e apresentado à direção ou ao Conselho da FAL para ser apreciado no início de cada período letivo, em reuniões ordinárias ou extraordinárias, contudo este não se configura inflexível, com espaço aberto para mudanças e/adequações.

As atividades de extensão são constituídas por 10% de carga horária total do Curso, 3.250 horas, correspondendo, portanto, a 325 horas. A extensão será desenvolvida de duas formas: 200 horas serão cumpridas concomitantemente com atividades práticas nos componentes Atividade Prática e Extensionista de Multiletramentos, Atividade Prática e Extensionista de Ensino de Gêneros Textuais, Atividade Prática e Extensionista de Ensino de Literatura, Atividade Prática e Extensionista de Leitura e Escrita e 125 horas serão distribuídas em 05 componentes curriculares do grupo I, que tratam das bases pedagógicas, tais como Avaliação no ensino aprendizagem e extensão (25 horas), Cidadania e Educação Inclusiva e extensão(25 horas), Língua Brasileira de Sinais ? Libras e extensão(25 horas), Oralidade e Ensino-Aprendizagem e extensão(25 horas), TDICs no Ensino-aprendizagem e extensão. Além da concomitância com a extensão, a Prática Pedagógica será realizada de forma parcial, contabilizando 20 horas, em outros componentes como: Formação da Literatura Brasileira (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Literatura Portuguesa Contemporânea(40 horas teóricas e 20 horas de prática), Literatura Brasileira do Século XX e XXI ? Poesia (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Literatura do Século XX e XXI ? Prosa (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Psicologia da Linguagem e da Aprendizagem (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Currículo e Didática (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Sintaxe II(40 horas teóricas e 20 horas de prática), Fonologia e Ortografia do Português(40 horas teóricas e 20 horas de prática), Morfologia do Português(40 horas teóricas e 20 horas de prática), Morfossintaxe do Português(40 horas teóricas e 20 horas de prática).

Outros procedimentos metodológicos previstos para a efetivação das ações do PPC são a realização de minicursos, oficinas, palestras e muitas atividades extensionistas envolvendo tanto a comunidade escolar quanto a não escolar, nessas atividades os alunos passam do papel passivo de ouvintes a agentes, palestrantes, ministrantes. No âmbito da pesquisa, a participação dos discentes será incentivada em programas de iniciação científica e em eventos internos ou externos à Universidade. Dentre esses procedimentos, os alunos serão incentivados a usar os Laboratórios do Campus, especialmente os de informática, participar

de seminários, produzir e interpretar vídeos, podcast, organizar apresentações em slides (Power Point e Prezi). Embora a aula expositiva seja uma forma considerada tradicional no âmbito do ensino, consideramos um método necessário na consubstanciação do projeto, uma vez que permite o diálogo, a problematização e redimensionamento do conhecimento a ser desenvolvido.

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Prática Pedagógica, como componente curricular, tem início desde o primeiro semestre do Curso e visa proporcionar aos discentes a vivência de situações relativas ao compreender/fazer para utilizar os conteúdos de conhecimento na prática de sala de aula, assim como propiciar vivências em diferentes áreas do campo educacional, aprofundar e diversificar os estudos, experienciar os recursos pedagógicos.

Dessa forma, a Prática Pedagógica do Curso de Letras como componente curricular, distribuída ao longo do processo formativo, obedece à Resolução CNE/CP N ° 2 (BRASIL, 2019) para os cursos de licenciatura e dedica 400 horas de prática como componente curricular, considerando a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, o curso de Letras/Língua Portuguesa propõe o cumprimento desse componente da seguinte forma: os Componentes Prática de ensino do Léxico do Português do Brasil, Prática de Oralidade e Escuta, Prática de Textos Acadêmico-Científicos, Prática de Materiais Didáticos para o ensino de Língua Materna visam atender de forma mais estrita a aplicabilidade da prática pedagógica (primeiro subgrupo das práticas) e os componentes Atividade Prática e Extensionista de Multiletramentos, Atividade Prática e Extensionista de Ensino de Gêneros Textuais, Atividade Prática e Extensionista de Ensino de Literatura, Atividade Prática e Extensionista de Leitura e Escrita, além da prática, destinam-se, também, a atender as atividades de extensão, constituindo-se de forma indissociável prática e extensão curricular, no cômputo das horas, contabilizam 50% para a Prática Pedagógica e 50% para a Extensão. Além da forma descrita, a Prática Pedagógica está presente, de forma parcial, contabilizando 20 horas, em outros componentes como: Formação da Literatura Brasileira (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Literatura Portuguesa Contemporânea(40 horas teóricas e 20 horas de prática), Literatura Brasileira do Século XX e XXI ? Poesia (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Literatura do Século XX e XXI ? Prosa (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Psicologia da Linguagem e da Aprendizagem (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Currículo e Didática (40 horas teóricas e 20 horas de prática), Sintaxe II(40 horas teóricas e

20 horas de prática), Fonologia e Ortografia do Português(40 horas teóricas e 20 horas de prática), Morfologia do Português(40 horas teóricas e 20 horas de prática), Morfossintaxe do Português(40 horas teóricas e 20 horas de prática).

A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por docente da FAL e por um professor experiente da escola onde o estudante a realiza, com vistas à união entre a teoria e a prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação. Deve seguir uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual será aplicado o aprendido no curso. As atividades práticas devem ser registradas em portfólio ou memorial que compile as proeminências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação, conhecimento do conteúdo. (Resolução CNE/CP N ° 2 (BRASIL, 2019)

Componentes curriculares do Núcleo de Prática Pedagógica

ATIVIDADE CURRICULAR CH

Prática de ensino do Léxico do Português do Brasil 50

Atividade Prática e Extensionista de Ensino de Gêneros Textuais 60

Atividade Prática e Extensionista de Multiletramentos 45

Atividade Prática e Extensionista Prática de Ensino de Literatura 50

Atividade Prática e Extensionista Práticas de Leitura/Escrita 60

Prática de Materiais Didáticos para o ensino de Língua Materna 45

Práticas de Oralidade/Escuta 50

Prática de Textos Acadêmico-Científicos 60

CARGA HORÁRIA TOTAL 400

A partir da prática pedagógica, instituem-se tempos e espaços curriculares diversificados de ação no espaço da sala de aula, tendo o discente do curso de Letras como agente social e cultural que deverá transpor obstáculos e situações problemas na construção do saber. A prática envolverá atividades na escola como oficinas, minicursos, café literário, saraus literários, feiras pedagógicas, amostras literárias, seminários interdisciplinares sobre temas educacionais e profissionais, grupos de trabalho supervisionado, projetos de ensino, entre outros, capazes de promover e, ao mesmo tempo, possibilitar aos(as) futuros(as) professores(as) atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados; diferentes modos de organização do trabalho, promovendo o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas.

Com isso, permite-se aos(às) discentes o contato com o ambiente escolar e as problemáticas do ensino e à aprendizagem de língua portuguesa e de literatura, com vistas à intervenção pedagógica. Por meio desse processo, almeja-se associar atividades técnico-científicas à prática pedagógica, de modo que o discente possa experimentar ações didáticas diversificadas que contribuam para a formação crítica dos(as) alunos(as) da Educação Básica, e para a formação continuada de professores(as) desse nível de escolaridade. Com isso, buscamos também privilegiar a resolução de situações-problema contextualizadas e a construção e desenvolvimento de projetos de intervenção.

Parte das oficinas e dos seminários interdisciplinares deve ser organizada em torno de temas geradores relativos às políticas da Educação Inclusiva, à Educação Indígena, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Ambiental e outros aprovados pelo Conselho da Faculdade e amplamente divulgados.

A intervenção docente e os resultados do desenvolvimento do Curso, por meio dessas estratégias didáticas, devem ser obrigatoriamente avaliados a cada período letivo, conforme determina o Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, e o diagnóstico decorrente dessas atividades avaliativas deve servir de subsídio para o (re)planejamento a cada período letivo. Portanto, o eixo da Prática Pedagógica constitui um espaço para a construção e desenvolvimento de projetos de intervenção.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Curso de Letras Língua Portuguesa oferece o Estágio Supervisionado na área de formação e atuação na Educação Básica como um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas (Conforme a Resolução CNE/CP 02/2019, de 20 de dezembro de 2019), sendo uma atividade específica e articulada com a prática pedagógica e profissional, associando atividades teóricas e práticas, de observação e de regência.

O Estágio Curricular Supervisionado significa o tempo de aprendizagem que, por meio de um dado período de permanência, o(a) futuro(a) licenciado(a) experimenta, em ambientes de escolarização (formal e informal, voltados para a Educação Básica e EJA) público ou privado, em organizações não governamentais, bem como na própria instituição de Ensino Superior, a fim de desenvolver competências e habilidades para o exercício da profissão docente. Para isso, é imprescindível o estabelecimento da relação pedagógica entre o aluno estagiário e um profissional que exerça suas atividades em um ambiente institucional de trabalho, pois o estágio representa a aplicação do exercício das habilidades, na prática, dos

conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, como o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a área de atuação profissional do Curso de Letras.

São objetivos do Estágio:

? Promover um processo de significação e/ou ressignificação da identidade docente em que os(as) alunos(as) debatam os problemas e possibilidades de seu cotidiano, estudando-os e analisando-os à luz de uma fundamentação teórica;

? Proporcionar aos(às) discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas com a educação e o magistério;

? Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento socio-profissional, por meio da integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;

? Desenvolver um espaço de formação e de desenvolvimento profissional, assentado no aspecto conceitual, o estágio, como reflexão, a partir da práxis docente; o(a) aluno(a), no espaço do estágio, tem a possibilidade de se reconhecer como sujeito construtor de conhecimento, podendo tornar seu trabalho de sala de aula em um espaço de práxis docente e de transformação humana.

O Estágio Curricular Supervisionado totaliza 400 (quatrocentas) horas, devendo ocorrer a partir do quinto período do Curso de Letras, para que o(a) discente possua, desde cedo, a oportunidade de vivenciar experiências pedagógicas, integrando a teoria com a prática. O Estágio divide-se em:

Estágio I e Estágio II, que constituem disciplinas obrigatórias para complementar a formação profissional, destinados à formulação e ao planejamento de propostas de intervenção pedagógica, adequadas às práticas de uso e reflexão sobre a língua/linguagem e;

Estágio III e IV, que preveem a atuação dos discentes, na forma de regência compartilhada entre professores-formadores e alunos(as), tanto no ensino regular, nos níveis do Ensino Fundamental maior e do Ensino Médio, quanto no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), pressupondo a interação, o trabalho colaborativo e o confronto entre práticas tradicionais e práticas inovadoras de ensino.

Os estágios serão acompanhados pela Coordenação de Estágio da FAL, pelos professores-supervisores do Estágio na instituição onde as atividades do(a) aluno(a) estiverem sendo desenvolvidas (observação e regência), pelo docente-orientador e por um

professor da escola onde estiver se realizando o estágio, devidamente credenciado para isso. As disciplinas de Estágio I e II devem ser ministradas por um docente-orientador e o acompanhamento e a supervisão das disciplinas de Estágio III, IV devem ser divididas entre até 3 (três) docentes-orientadores, de modo que os(as) alunos(as) sejam supervisionados(as) a contento.

Atividades curriculares de Estágio Supervisionado 400 horas

ATIVIDADE CURRICULAR CH

Estágio Supervisionado I 100

Estágio Supervisionado II 100

Estágio Supervisionado III 100

Estágio Supervisionado IV 100

CARGA HORÁRIA TOTAL 400

Para cursar os Estágios III, IV, os(as) alunos(as) tornam-se aptos quando já aprovados em disciplinas definidas como pré-requisitos no PPC de Letras. Assim, para o Estágio II, tem-se como pré-requisito a disciplina Estágio Supervisionado I; para o Estágio Supervisionado III, o pré-requisito é a disciplina Estágio Supervisionado II; para o Estágio Supervisionado IV, o pré-requisito é a disciplina Estágio Supervisionado III.

A carga horária dos Estágios Supervisionados I e II está voltada para o acompanhamento na sala de aula, assim como a regência; e a de cada um dos Estágios III, IV em: a) 10% de encontros presenciais, realizados no espaço do CUNTINS/Cametá (ou de seus Polos) e; b) 90% em encontros presenciais no espaço de estágio. Esses encontros presenciais devem se dar por meio da observação da realidade escolar e da regência em sala de aula.

Considerando nosso regime de oferta de turma EXTENSIVO e INTENSIVO/INTEGRAL, as turmas da modalidade Intensivo/Integral poderão ter a possibilidade de acompanhamento durante o período extensivo (março a junho/agosto a dezembro) para a integralização do estágio supervisionado. Tal acompanhamento deverá ser feito em parceria com escolas de ensino fundamental e médio que possuem acordo de cooperação com a Universidade Federal do Pará, sejam estaduais ou municipais. Os professores orientadores de estágio supervisionado de regência obrigatório deverão, com anuência da turma, elaborar o plano de orientação de estágio e apresentar, previamente, à coordenação de estágio e, posteriormente, pautar em reunião do conselho da faculdade para aprovação.

O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Letras pode ser executado também por meio de atividades em programas e projetos de extensão e de pesquisa ou em empreendimentos de interesse social e comunitário, de natureza urbana ou rural, desde que

previsto no Projeto Pedagógico do Curso (RESOLUÇÃO N. 4.262, DE 22 DE MARÇO DE 2012 da UFPA) nas seguintes formas:

? Projetos de extensão: pressupõe a realização de atividades na forma de seminários, minicursos e oficinas para professores(as), alunos(as) e demais pessoas da comunidade escolar ou ainda de grupos de educação não formal sobre temas específicos do Curso de Letras.

? Projetos de pesquisa: pressupõe propostas de pesquisa educacional acerca de inquietações próprias do processo de ensino-aprendizagem e suas especificidades;

? Monitorias: pressupõe acompanhamento ao trabalho de educadores em grupos de Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, grupos da terceira idade, entre outros. Ao final da monitoria, o discente deve apresentar relatórios das atividades desenvolvidas durante o período de monitoramento;

? Seminários temáticos e outras possibilidades da realidade situacional da universidade e unidades escolares.

Ressalta-se que o docente orientador ou supervisor do Estágio deverá ser docente efetivo da UFPA e membro da equipe do programa ou projeto de extensão ou de pesquisa.

Destaca-se que há o reconhecimento do Programa de Residência Pedagógica (PRP) e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) aos(as) alunos(as) participantes desses programas (tanto bolsistas como voluntários), para fins de aproveitamento do estágio curricular obrigatório, desde que cumpram as 440 horas previstas nos projetos. Pode ser concedido o aproveitamento dos componentes curriculares de Estágio Supervisionado III: Ensino Fundamental e do Estágio Supervisionado IV: Ensino Médio, de acordo com o nível de ensino que o aluno atuar em tais programas pedagógicos. Do mesmo modo que a redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado a alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica será regulamentado em resolução normativa específica do Conselho da FAL, prevista na Resolução CNE/CP 2/2002.

A integralização da carga horária referente ao Estágio Curricular Supervisionado será regulamentada pela FAL, por meio de resolução própria e o Conselho Deliberativo da Faculdade deverá revisar e atualizar a Instrução Normativa que regimenta o Estágio Supervisionado e, em seguida, submetê-la à aprovação.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades curriculares complementares têm por objetivo promover e possibilitar aos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho. Caracterizam-se pela flexibilização do tempo e do espaço para o exercício da autonomia do(a) aluno(a) na organização de seus horários e objetivos e pela ênfase na orientação e na supervisão.

As Atividades Complementares do curso de Letras, Língua Portuguesa totalizam 50 (cinquenta) horas. A integralização da carga horária será regulamentada pela FAL, por meio de resolução própria e o Conselho Deliberativo da Faculdade deverá revisar e atualizar a Instrução Normativa que regulamenta as atividades complementares e, em seguida, submetê-la à aprovação.

Dentre as atividades complementares, eventualmente poderão ser ofertadas pela FAL disciplinas optativas, as quais cumprem o papel de aprofundamento do acadêmico em alguma área de sua preferência a partir da sua escolha, as disciplinas optativas podem contabilizar até 20 horas, das atividades complementares, direcionando-se à Atividade Complementar I. As disciplinas ofertadas como optativas para o Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa devem ser planejadas semestralmente pelos docentes do Curso, considerando disponibilidade docente, e têm sua matrícula gerida pela FAL, seguindo o período de matrícula estabelecido, com carga horária de 60 horas. O(a) aluno(a) pode cursar até duas disciplinas optativas (no Curso de Letras ou em outros cursos de Licenciatura) para integralização nas atividades complementares. Ressalte-se que o aluno também pode cursar disciplina de área afim em outra faculdade e/ou curso. O restante da carga horária deve ser destinado a outras atividades acadêmicas, como: estágios não obrigatórios, iniciação científica, laboratórios, trabalho em pesquisa, participação em eventos científicos, seminários extraclasse, projetos de extensão, etc.

Quadro 4 ? Atividades Complementares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CÓDIGO COMPONENTE CURRICULAR CARGA HORÁRIA

LTLP062 Vivências de pesquisa Coordenadas por professores de LP ou de áreas afins 20

LTLP063 Monitoria na área de Letras/Língua portuguesa 10

LTLP064 Produções acadêmicas e intelectuais (apresentação e/ou publicação de trabalhos e anais de eventos periódicos capítulos de livros) 20

TOTAL 50/50

Atividades acadêmicas em Unidades distintas da vinculação do estudante podem ser desenvolvidas também ao longo do Curso.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com carga horária de 60 (sessenta) horas, é componente curricular obrigatório, que consiste na elaboração individual, salvo casos devidamente justificados e aceitos pelo Conselho da Faculdade, de uma monografia, de um memorial, de um artigo ou de um projeto de intervenção na área ou subárea dos estudos da linguagem, em acordo com o que estabelecem os artigos n.º 92-96, do Regulamento do Ensino de Graduação, sob a orientação de um professor do Curso ou por professor pesquisador externo, nos termos da legislação vigente. Objetiva sistematizar o conhecimento construído no decorrer do processo formativo.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa, deverá revisar e atualizar a Instrução Normativa que regimenta o Trabalho de Conclusão de Curso e, em seguida, submetê-la à aprovação do Conselho Deliberativo da Faculdade de Linguagem.

Para o curso diurno, a disciplina de TCC dá-se no 8º período letivo, e no curso noturno, no 9º período letivo. O Conselho da FAL estimulará e promoverá as formas de desenvolvimento, de apresentação e de avaliação do TCC, considerando que:

A definição do orientador deve ser compatível, o quanto possível, com os eixos temáticos e linhas de pesquisa, segundo a disponibilidade dos orientadores.

O TCC deve ser elaborado individualmente pelo discente, sob a orientação de um(a) professor(a).

No final do 8º período, para o diurno, e no final do 9º, para o noturno e para o integral, o(a) discente deve defender seu TCC perante uma Banca, proposta pelo(a) orientador(a), com os seguintes membros: Orientador(a) (Presidente(a) da Banca), mais 2 (dois/duas) professores(as) do quadro docente, podendo ser um(a) deles(as) convidado(a) externo(a).

A organização das defesas é de responsabilidade da FAL, que define o calendário das defesas, conforme Instrução Normativa específica no início de cada período letivo de inscrição na disciplina de TCC (8º período, para o diurno, e do 9º, para o noturno e para o integral), em um evento próprio denominado Seminário de Defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso.

A defesa de TCC pode ser antecipada, conforme o término do trabalho do(a) aluno(a), tendo como requisitos básicos: a) que o(a) concluinte não esteja devendo nenhuma disciplina; b)

que o(a) discente solicite e justifique a antecipação com motivo que demonstre a impossibilidade de defender no prazo do calendário definido pela FAL, devendo esta última analisar se aceita o pedido.

O TCC deve ser organizado em forma de monografia, memorial, artigo ou projeto de intervenção, a partir de temas por estes(as) estudados ao longo do Curso.

A avaliação da defesa está subordinada aos critérios constantes na Ficha de Avaliação, definida pela FAL.

POLÍTICA DE PESQUISA

A articulação entre ensino e atividade de pesquisa e extensão no Curso de Licenciatura em Letras tem como fim propiciar oportunidades de aquisição de competências, de domínio de métodos analíticos e de habilidades para aprender e recriar permanentemente. Promovem um novo sentido à graduação, que deixa de ser espaço de transmissão e de aquisição de informações para, então, favorecer a construção e a produção do conhecimento, onde o(a) aluno(a) atue como sujeito da aprendizagem.

5.6.1 Estratégias para alcançar a política de pesquisa

As atividades de pesquisa no domínio da formação de professores merecem destaque e relevância por sua natureza. Estão conectadas à perspectiva de amplitude da profissionalização do(a) futuro(a) docente, uma vez que propiciam oportunidades de aquisição de competências, de domínio de artifícios analíticos e de habilidades para aprender e recriar permanentemente. Agenciam um novo sentido à graduação que deixa de ser espaço de transmissão e de aquisição de informações para, então, beneficiar a construção e produção do saber, no qual o(a) aluno(a) atue como sujeito da aprendizagem. Além disso, oferece a oportunidade para o(a) futuro(a) professor(a) desenvolver uma postura investigativa sobre sua área de atuação, ao mesmo tempo em que aprende a utilizar os procedimentos de pesquisa como instrumentos de trabalho.

5.6.2 Linhas de pesquisa e a articulação com o ensino e a extensão

As estratégias metodológicas pressupõem a integração da pesquisa e da extensão às atividades de ensino. O planejamento e o desenvolvimento de projetos a serem desenvolvidos devem se pautar em práticas investigativas e sua aplicação com o trabalho pedagógico. Os discentes podem desenvolver atividades de pesquisa e/ou de extensão denominado período de construção e reconstrução acadêmica. Nesse momento formativo, os alunos devem promover uma maior aproximação com a sociedade, proporcionando um

intercâmbio formativo para a comunidade.

Essas atividades de pesquisa e extensão são atividades curriculares que compõem o percurso acadêmico do curso e são formalizadas em plano de trabalho, aprovado pelo Conselho da FAL. As habilidades e as competências a serem desenvolvidas pelos projetos devem ser verificadas e aferidas pela equipe de docentes de cada projeto.

A direção da Faculdade deve propor ao seu Conselho normas internas para realização das atividades de pesquisa e extensão. Assim, as atividades de extensão, dentre as atividades já previstas, devem ocorrer por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, difusão cultural, ação comunitária e outras atividades.

No curso de Letras - Língua Portuguesa do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, a pesquisa será promovida pela inclusão do discente em atividades de pesquisa por meio do desenvolvimento de projetos e de ações de grupos de pesquisa coordenados por seus docentes. As linhas de pesquisa em execução da FAL/CUNTINS/Cametá são desenvolvidas com a participação de estudantes de IC, bolsistas ou não, dentre as quais apontamos:

a) Linha de pesquisa em estudos linguísticos

? Bivalência: ensino de língua materna e línguas estrangeiras

? Descrição do português

? Descrição de línguas indígenas

? Ensino da Língua Portuguesa: história, literaturas, políticas, sentido social, metodologias e pesquisa na microrregião Cametá

? Enunciação e Processos discursivos: a linguística textual, a oralidade, a escrita

? Estrutura formal e conceitual da linguagem

? Formação da língua portuguesa

? Lexicografia, Lexicologia e Terminologia

? Multiculturalismo, linguagem e ensino

? Semiótica e tradução

? Trabalho, educação e linguagem

? Variação e mudança linguística

b) Linhas de pesquisa em estudos literários

- Estudos comparados de literatura: espaços, identidades e imaginários amazônicos

- Literatura, cultura e políticas em espaços regionais

- Literatura, história e sociedade

- Literaturas lusófonas

- Literatura e infância

Os grupos de pesquisas existentes na Faculdade de Linguagem do Campus Universitário do Tocantins/Cametá são voltados para as questões regionais nas linhas de pesquisa citadas acima, podendo ainda ser criados outros de acordo as necessidades existentes. Segue os grupos de pesquisa da FAL e seus respectivos coordenadores:

? Literatura, Ensino, Registros e Arquivos na Amazônia (LITERA) - professora Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares

? Grupo de Estudos do ILC/ICJ/UFGA com os projetos de pesquisa: Os sentidos da fórmula discursiva ?República de Curitiba? veiculadas sobre o Impeachment na mídia; e Análise de jurisprudência penal: dolo eventual e culpa consciente nos crimes de homicídio no trânsito sob efeito da embriaguez ? professora Glaucy Ramos Figueiredo

? - Grupo de Estudos em Sociolinguística (GESOCIOLIN) - professora Raquel Maria da Silva Costa Furtado e Benedita Maria do Socorro Campos de Sousa

? Educação, línguas e culturas indígenas e não indígenas - professor Jorge Domingues Lopes

? Grupo de pesquisa em Micropolíticas, artes - performances e experimentações literárias na educação (ANARKHOS) - Gilcilene Dias da Costa e José Valdinei Albuquerque Miranda

? Grupo de Pesquisa História, Educação e Linguagem na Região Amazônica (GPHELRA) - professor Doriedson Socorro Rodrigues

? Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação de Surdos (GEPEES): Professor José Orlando Ferreira de Miranda Júnior

POLÍTICA DE EXTENSÃO

A Extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da comunidade, permite a formação do(a) profissional cidadão/cidadã e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e da aplicação do conhecimento expressivo para a superação das desigualdades sociais existentes em nosso meio, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Por meio de atividades de extensão, alunos e professores podem aprofundar conhecimentos compartilhados nas salas de aula e levá-los para a sociedade, dando-lhes uma resposta satisfatória, isso possibilita, também, o cumprimento do papel institucional da universidade, tornando-a mais acessível a muitas pessoas que precisam de informação/formação e ainda não conseguiram adentrar os seus espaços. Dessa forma, as atividades práticas e

extensionistas se entrelaçam e possibilitam aos discentes e docentes estarem presentes em outros espaços educacionais, como no da educação básica, mas ao mesmo tempo, dão visibilidade a espaços não escolares.

É relevante e necessária a consolidação da prática da extensão, no contexto do Curso de Letras Língua Portuguesa, por propiciar a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente determinadas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Essas práticas devem estar direcionadas para ativação e otimização do ensino e da pesquisa, proporcionando também a melhoria da qualidade de vida da população.

Para atingir tais objetivos, as atividades devem perfazer um total de 10% de carga horária total do Curso (conforme determina o artigo 66 §1º e 2º, da Resolução CONSEPE/ UFPA n.º 3633/2008 e Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018), para o curso de Letras/Língua Portuguesa, as atividades de extensão correspondem a 325 horas, uma vez que o curso totaliza 3.250 horas da carga horária total. E será desenvolvida de duas formas: 200 horas serão cumpridas concomitantemente com atividades práticas nos componentes Atividade Prática e Extensionista de Multiletramentos, Atividade Prática e Extensionista de Ensino de Gêneros Textuais, Atividade Prática e Extensionista de Ensino de Literatura, Atividade Prática e Extensionista de Leitura e Escrita e 125 horas serão distribuídas em 05 componentes curriculares do grupo I, que tratam das bases pedagógicas, tais como Avaliação no ensino aprendizagem e extensão (25 horas), Cidadania e Educação Inclusiva e extensão(25 horas), Língua Brasileira de Sinais ? Libras e extensão(25 horas), Oralidade e Ensino-Aprendizagem e extensão(25 horas),TDCIcs no ensino-aprendizagem (25 horas). Nesses componentes, além da base teórica de formação pedagógica, serão desenvolvidas atividades extensionistas por meio de seminários, oficinas, minicursos, palestras, eventos, entre outros meios de aproximação da comunidade, levando conhecimento e enriquecendo a formação do profissional de Letras/Língua Portuguesa com atividades de comunicação e expressão, visando formar profissionais proficientes e aptos a estabelecer conexões com a vida educacional e social e compreender a realidade estudada.

As disciplinas que compõem esse eixo são pensadas, por meio de programas, projetos; cursos e oficinas; prestação de serviços e projetos de extensão já existentes ou em desenvolvimento. Como disciplina, as atividades de extensão podem ser operacionalizadas por meio de feiras de ciência, ciclos de palestra, painéis, saraus, seminários, conferências, colóquios, elaboração de material didático e instrucional, cursos de formação e orientação à comunidade.

A extensão integra objetivos comuns de modo a oportunizar ao(à) futuro(a) graduado(a) o desenvolvimento de competências e habilidades para o desempenho de suas funções. Dessa

forma, os(as) alunos(as), sob a orientação de professores, podem vivenciar situações de forma interdisciplinar e também atuar de forma a:

*Avaliar o contexto social e direcionar programas e projetos que se agreguem às demandas do momento, utilizando-se de todos os recursos que a Instituição possa oferecer à comunidade;

*Promover o desenvolvimento de parcerias com grupos e instituições, articulando os saberes desenvolvidos na Universidade e as necessidades sociais.

Dessa forma, abrimos também possibilidade para a aplicação da teoria e a transposição para a sala de aula de aspectos práticos, para que o(a) futuro(a) docente exercite habilidades de autonomia, tomada de decisões e escolha de procedimentos pedagógicos ainda no decorrer de sua formação de maneira que encontre menos dificuldades na sua atuação profissional.

Nas atividades de extensão, há, por exemplo, o projeto de Intervenção Pedagógica sobre os desvios fonológicos, morfológicos e sintáticos na escrita dos alunos do ensino fundamental ocasionados pela variação linguística que envolve o respeito à diversidade linguística por meio da intervenção pedagógica, tendo em vista mitigar o preconceito linguístico nas escolas. Da mesma forma, este trabalho favorece o acesso a uma escrita culta e formal àqueles alunos que estão à margem das práticas letradas. Projetos como esses visam aproximar os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como os movimentos sociais e à gestão pública.

Outro projeto de extensão da FAL é o Perspectivas da Inclusão de Surdos: Inclusão em Perspectivas que se caracteriza como uma proposta pedagógica sobre o processo de educação de surdos e a formação dos professores envolvidos no ensino de língua portuguesa. O projeto visa possibilitar a inserção dessa temática na prática cotidiana das escolas do campo e da cidade do Ensino Fundamental de Cametá e contribuir com a formação dos professores e estudantes envolvidos nas ações do projeto, verificando articulações necessárias entre as práticas desenvolvidas nas escolas. Nesse contexto, a pesquisa em educação inclusiva voltada para a educação de surdos favorece o reconhecimento do discente como sujeito de direito e, assim, torna-o capaz de exercê-lo e promovê-lo, ao mesmo tempo em que ele reconhece e respeita os direitos do outro. Dessa forma fortalecem-se as práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos. (PARECER CNE/CP N.º: 8/2012 e RESOLUÇÃO N.º 1, de 30 de maio de 2012).

Ainda nesse contexto do Curso de Letras de Cametá é necessário citar as ações do Programa

de Cursos de Nivelamento da Aprendizagem (PCNA) em Língua Portuguesa, coordenado pelos professores Jorge Domingues Lopes e Érica do Socorro Barbosa Reis, que consiste em uma ação de intervenção junto aos estudantes de graduação do Campus de Cameté a fim de melhorar seu desempenho nas questões de leitura e escrita, favorecendo assim seu desempenho acadêmico.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Este PPC está em consonância com capítulo VIII do Regulamento do Ensino da Graduação da UFPA, no que se refere a responsabilidades concernentes ao atendimento de discentes portadores de necessidades especiais como: recursos didático-pedagógicos; acesso às dependências das unidades e subunidades acadêmicas; pessoal docente e técnico capacitado; oferta de cursos que possam contribuir para aperfeiçoamento das ações didático-pedagógicas.

O Curso de Letras da FAL/CUNTINS/Cameté propõe a disciplina Libras, Cultura, Educação Étnico-Racial e Direitos Humanos, Educação Ambiental e Cidadania, Metodologias do Ensino do Português na/Para a Educação do Campo, a fim de contemplar o princípio da inclusão social na sua proposta curricular, garantindo ações voltadas para a educação especial, compreendendo a necessidade de valorização da língua em suas diversas formas de comunicação.

Este é, portanto, um momento privilegiado para a UFPA apresentar sua contribuição para superação dessa histórica desigualdade, assim como integrar-se de vez ao Plano para promoção da diversidade na universidade, aprovado no Congresso Federal; contribui também para que o Brasil consiga cumprir as metas propostas na Conferência de Durban, promovida pela ONU, a fim de erradicar o racismo e o preconceito.

Vale também ressaltar que a educação é um caminho para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida e materialização dos objetivos nacionais. Portanto, promover uma maior participação dos negros e dos povos indígenas insere a UFPA nos esforços para construção de mecanismos capazes de desenvolver nosso país em bases multiculturais e democráticas. Convém salientar que atualmente duas universidades federais já aprovaram a política de cotas, e várias outras estão em estágios diferenciados de discussão de semelhante proposta.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

A FAL/CUNTINS/Cametá deve promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação permanente das atividades acadêmicas no âmbito do Curso de Letras, em consonância com o que estabelecem o Regimento Geral e o Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA.

O planejamento é atividade obrigatória que se desenvolve regularmente no início de cada um dos períodos letivos e ocorre com a presença de todos os docentes lotados no Campus, em reuniões agendadas, conforme o estabelecido no Calendário Acadêmico da UFPA.

É imprescindível, para o início das atividades acadêmicas a cada período letivo, a realização da avaliação do período letivo anterior para dar subsídios ao planejamento coletivo do período letivo subsequente.

O planejamento do período letivo deve conter:

? Diagnóstico do período letivo anterior, apontando o índice de satisfação de discentes, docentes e técnicos, referente às atividades de ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura e relacionamentos interpessoais;

? Os resultados das atividades de extensão e pesquisa no ensino;

? Plano de curso de todas as atividades curriculares;

? Cronograma de oferta de atividades curriculares;

? Cronograma de participação de docentes, discentes e técnicos administrativos em eventos científicos culturais, cursos, treinamentos e reuniões;

? Instrumentos de avaliação do período letivo anterior.

Durante o período de planejamento, os(as) docentes devem discutir conjuntamente sobre a metodologia, os planos de curso e as estratégias didáticas a serem desenvolvidos no período letivo subsequente. Os(as) docentes devem apresentar e discutir com os(as) discentes, no primeiro dia de aula, o plano de ensino.

Após aprovação pelo Conselho da FAL, devem ser implantados os procedimentos de avaliação periódicos e sistemáticos, incluindo: os conteúdos trabalhados, o processo de ensino-aprendizagem, a organização do curso, o desempenho do quadro de professores e técnicos e a qualidade da vinculação com escolas de Ensino Fundamental e Médio, bem como o desempenho de atividades em espaços não escolares. Serão consideradas as orientações do Programa de Avaliação de Cursos, coordenado pela PROEG.

Os procedimentos metodológicos, admitindo a pluralidade de estratégias, devem assumir a pesquisa e a relação teoria-prática como elementos indissociáveis no processo ensino-aprendizagem, como relação triádica entre professor(a)-aluno(a)-conhecimento.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Entendendo que a avaliação é norteada pelo princípio da flexibilidade e constitui um procedimento (re)orientador do processo de aprendizagem, os métodos avaliativos do Curso de Letras definem-se de acordo com as características de cada componente curricular, agrupados segundo as grandes áreas temáticas do Curso, sem se distanciar das competências e habilidades definidas pelas Diretrizes Curriculares da UFPA.

A avaliação no processo de ensino-aprendizagem reveste-se da concepção avaliação longitudinal, pois as múltiplas estratégias e os instrumentos de avaliação tomam como base o diálogo entre professor(a), aluno(a) e ensino-aprendizagem, portanto eximindo-se das concepções avaliativas em que um sujeito, em uma escala hierarquicamente superior, avalia outro que se encontra em um patamar inferior, para impor aprovação ou reprovação.

Como já destacado neste Projeto, o Curso de Letras Língua Portuguesa da FAL, por meio deste PPC, tende a articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da teoria e da prática, a fim de formar profissionais críticos e competentes para atuar na sociedade, por isso a prática pedagógica de avaliação deste Curso alinha-se coerentemente à concepção e aos objetivos do PPC de Letras e ao perfil do profissional em formação, e envolve instrumentos variados de observação e de verificação da aprendizagem, assim como se coloca à disposição permanente de participação em avaliação externa.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem no Curso de Letras está alicerçada em uma concepção de avaliação que defende a [...] busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento (HOFFMAN, 1995, p. 21), deixando, dessa forma, de ser um momento terminal do processo educativo para, então, constituir-se contínua, estando presente em todo o processo educacional, e oportunizando o acompanhamento sistematizado da aprendizagem do(a) aluno(a) pelo(a) professor(a). Dessa forma, deve envolver formas avaliativas de diagnoses e somativo e formativo.

Diagnóstica, porque os problemas observados constituem descrições das dificuldades dos(as) alunos(as) e motiva o desenvolvimento de alternativas necessárias para superá-los. Dessa forma, a avaliação age como um feedback para o(a) docente, pois revela os conhecimentos que o(a) discente já possui, e para este(a), é o norte do que deve aprender e do que precisa para superar as dificuldades. Somativo, porque possibilita aferir os conhecimentos avaliados, segundo níveis de aproveitamentos, e formativo, porque envolve todo o processo pelo qual perpassa o ensino-aprendizagem.

Os problemas observados constituem diagnósticos das dificuldades dos(as) alunos(as) e

motivam o desenvolvimento de alternativas necessárias para superá-los. Esta avaliação, para Sant'Anna (2001, p. 34), tem como função informar o(a) aluno(a) e o(a) professor(a) sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades; melhorar o ensino e a aprendizagem; localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências, no desenvolvimento do ensino-aprendizagem para eliminá-las; proporcionar feedback de ação.

A avaliação formativa fomenta também práticas avaliativas que visam ao aperfeiçoamento da instituição como um todo. Dessa forma, torna-se importante a efetivação de meios legítimos para que todos os envolvidos no processo educativo tenham sua voz ouvida e possam retroalimentar toda a dinâmica educacional institucional. Esse tipo de avaliação da aprendizagem objetiva o desenvolvimento da autonomia no discente a partir da ampliação de sua capacidade de reflexão diante dos resultados desfavoráveis, obtidos no decorrer do processo educativo. Logo, sua função é de transformar os resultados negativos em situações de aprendizado valorosas.

A avaliação da aprendizagem de forma somativa deve ser (re)construída ao longo do processo de planejamento pedagógico, por meio da seleção das técnicas e dos instrumentos de avaliação, a fim de que melhor se adequem as práticas avaliativas aos objetivos e conteúdos previstos para o processo de ensino-aprendizagem.

As metodologias avaliativas podem ocorrer dentro e fora da sala de aula, considerando os recursos tecnológicos acessíveis no Campus, como: sala de multimídia e laboratório de informática e laboratório de linguagem.

Dessa forma, o(a) discente tem seu desempenho final registrado sob a forma de conceito resultante do conjunto de procedimentos previstos para a avaliação qualitativa e quantitativa, acatando o disposto no Art. 178, do Regimento Geral da UFPA, equivalente às notas: EXC: Excelente (9,0 a 10,0); BOM: Bom (7,0 a 8,9); REG: Regular (5,0 a 6,9) e INS: Insuficiente (0 a 4,9).

O discente será aprovado na disciplina ou atividade correspondente se obtiver o conceito REG, BOM ou EXC e, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas atividades programadas. E os procedimentos avaliativos dos componentes curriculares serão indicados pelo docente ou grupo de docentes das grandes áreas temáticas do Curso: conhecimentos pedagógicos e ensino-aprendizagem de língua portuguesa; linguística; e literatura; e apreciados em reunião semestral do planejamento da FAL. No Plano de Ensino do componente curricular de cada professor, entregue e aprovado em reunião de planejamento pelo Conselho da FAL Língua Portuguesa e apresentado à turma no início do semestre, devem vir explicitadas as competências e as habilidades a serem desenvolvidas na

disciplina e os critérios avaliativos da aprendizagem para averiguação se foram ou não atingidas. O professor deve também discutir com a turma o resultado de cada prática avaliativa desenvolvida, antes que faça o registro do conceito final no Sistema SIGAA, a fim de garantir a lisura da verificação da aprendizagem.

Os procedimentos de atividades avaliativas de cada componente curricular devem ser, no mínimo, dois, um obrigatoriamente individual, e outro que pode ser: prova, seminário, avaliação oral, exposição oral, debate, trabalho(s) escrito(s), como ensaio, artigo e projeto de intervenção.

Ao final de cada período letivo, serão promovidos espaços de discussão sobre o desenvolvimento das atividades do período, dessa forma, pretende-se realizar uma avaliação qualitativa e quantitativa das atividades curriculares constantes das disciplinas, assim como elaborar o plano de atividades dos períodos subsequentes de acordo com o que prever o PPC, com a participação do corpo docente da FAL. Tais práticas nos dão indicativos de que o Projeto Pedagógico do Curso é um parâmetro a ser seguido, mas com possibilidades de modificações, readequações de acordo com as necessidades apontadas pelo processo avaliativo.

A avaliação do ensino no âmbito do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa da FAL deve ser realizada pelos(as) discentes (avaliação) e pelos(as) docentes (autoavaliação), por meio do preenchimento periódico de questionários constantes no Programa de Autoavaliação Institucional (AVALIA) da UFPA, disponível no SIGAA. O preenchimento dos questionários deve ocorrer a cada período de matrícula, pelos alunos, e a cada período de lançamento de conceitos, para os docentes.

A análise descritiva dos dados do AVALIA, realizada periodicamente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPA, em parceria com a Diretoria de Avaliação Institucional (DIAVI/PROPLAN) e a PROEG, e entregue ao Campus de Cametá, serve de subsídio para a avaliação do ensino pela FAL. No âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) de Letras Língua Portuguesa, esses resultados devem ser discutidos para embasar o plano de ações da Coordenação do referido curso, a fim de possibilitar uma constante melhoria de sua qualidade.

Os docentes, tendo em vista a melhoria do ensino de graduação no CUNTINS/Cametá-UFPA, devem ser avaliados pelo Programa AVALIA UFPA, e podem opinar sobre o ensino na Universidade, por meio dos questionários, disponível no SIGAA, sempre que for lançar os conceitos de cada disciplina que ministrou. A avaliação da ação

docente pelo Avalia envolve aspectos como infraestrutura disponível ao curso durante as aulas e cada turma com a qual trabalhou no período letivo.

A partir do AVALIA, é possível identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis à aprendizagem, servindo como consolidação dos pontos fortes e também para a definição de estratégias para superar os pontos fracos do ensino na Universidade.

A partir do AVALIA, cabe ao(a) professor(a) propor práticas pedagógicas que incitem a participação e a interação entre ele(a) e os(as) alunos(as), desde o primeiro dia de aula, conforme prevê as Orientações Gerais Para o Planejamento de Atividades Curriculares por Período Letivo da UFPA, apresentação e discussão do plano de ensino. Este processo interacional deve se estender à avaliação da aprendizagem dos(as) alunos(as), de modo que os(as) docentes do curso explicitem previamente os critérios, os objetivos e as estratégias a serem utilizados no desenvolvimento do componente curricular.

Além dos instrumentos internos de avaliação, a Faculdade de Linguagem ? Língua Portuguesa, será periodicamente submetida às avaliações externas, como previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior (SINAES), criado pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que tem por objetivo ?[...] assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do artigo 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?. Como um dos meios utilizados pelo SINAES, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), incumbe-se da tarefa de avaliar o ensino superior no Brasil, para isso realiza um conjunto de avaliações, que entregam pelo menos três instrumentos avaliativos, quais seja:

? Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), considerando a) autoavaliação e b) avaliação externa;

? Avaliação dos Cursos de Graduação (AGC): avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos vários, dentre os quais comissões externas realizam visita in loco considerando desde os aparatos pedagógicos aos infraestruturais;

? Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE): exame aplicado diretamente aos alunos do curso, considerando o primeiro ano e o último do curso.

Esses instrumentos avaliativos constituem formas significativas de tornar visíveis as fragilidades e lacunas do curso, para que a faculdade possa tomar providências no sentido de promover melhorias. Diante dos resultados avaliativos propor ações pedagógicas que possam enriquecer as atividades curriculares, tais como ofertas de oficinas, minicursos, palestras, discussões sobre o currículo, buscar meios de ampliar os programas de Pós-Graduação lato-

sensu e de criar programa de Pós-Graduação stricto sensu; ampliar programas de extensão, como realização de cursos para a comunidade, organização de círculo de leitura e de palestras. Enfim, acompanhamento de ajustes ou mudanças no PPC do curso considerando os resultados obtidos do processo de avaliação interno e externa, de modo que a avaliação seja utilizada como um instrumento de gestão, na elaboração de plano de ação para a superação das dificuldades.

Entendemos que o processo de avaliação participativo/interativo tanto do ensino quanto da aprendizagem é válido no sentido de procurar fixar coerência e coesão no funcionamento destes processos educativos no Curso de Letras, já que o curso é de licenciatura. Esta metodologia visa abrir espaço para discutir avaliação com os estudantes do Curso, que são ou serão docentes e, portanto, vão exercer uma prática no processo avaliativo na sala de aula e, para isso, precisam ter bem claro um conhecimento que fará parte de sua própria prática.

O processo de avaliação participativo/interativo não se configura como uma tarefa de fácil realização, de acordo com Hoffmann (1999, p. 154), [...] o maior desafio no Ensino Superior é favorecer descoberta pelos professores do significado da avaliação mediadora para a formação do profissional competente. Esse processo de avaliação prevê que:

A responsabilidade de avaliar o aluno cabe, sobretudo ao docente, afinal ele é o profissional que na sua formação deve ser capacitado para realizar essa atribuição, todavia, isso não significa que o professor deve utilizar o autoritarismo para excluir a participação do educando no processo de decisões. (BRITO; LORDELO, 2009, p. 6)

Nesse processo avaliativo, a autoavaliação do docente é imprescindível, levando em conta que o seu trabalho pode ser cada vez melhor, que as falhas não são unidirecionais, ou seja, não são só do discente, e uma autoavaliação permeada por um senso crítico e coerente pode possibilitar melhoramento na sua própria atuação e modificações em sua prática pedagógica. Assim, o(a) professor(a) deve ponderar a adoção de metodologias e estratégias para realização do processo de ensino e aprendizagem, prática pedagógica efetivada, cumprimento do conteúdo programático, pertinência das atividades propostas, a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção de conhecimento, bibliografia, recursos e materiais didáticos utilizados, assiduidade, pontualidade, relações humanas. E para avaliação de tais atividades acadêmicas do Curso de Letras, será realizado semestralmente um evento de Avaliação com a participação dos docentes e discentes da FAL, informando tanto sua expectativa em relação à disciplina quanto a experiência tida efetivamente na sala de aula, quer dizer, o processo de execução do plano de ensino; enfim, o resultado obtido em relação ao desempenho geral da turma e do(a) próprio(a) professor(a).

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

É imprescindível para o início das atividades acadêmicas, a cada período letivo, a realização da avaliação, do período letivo anterior, para dar subsídios ao planejamento coletivo do período letivo subsequente.

Este PPC deve ser avaliado e atualizado periodicamente e as adequações de forma, de conteúdo e de aplicação decorrentes devem ser implantadas, por meio do NDE do Curso de Letras Língua Portuguesa, de caráter consultivo, propositivo e executivo em matéria acadêmica, cujas atribuições acadêmicas envolvem acompanhamento de todo o processo de ensino;

atuação no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (Resolução CONAES 01/2010). O NDE do Curso de Letras deve ser constituído por 4 (quatro) professores titulares e quatro professores suplentes, tendo como membro nato o diretor do Curso, na função de presidente, e mais três professores pertencentes às grandes áreas de conhecimento do Curso: Linguística, Literatura e Educação. O Curso de Letras deve receber também avaliações externas, como a do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos estudantes (ENADE), o qual integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Os resultados deste exame permitem verificar os pontos fortes e fracos do curso e propor ações permanentes à melhoria da qualidade do ensino oferecido. Dessa forma, o resultado do ENADE contribui para a melhoria da oferta de componentes curriculares da Faculdade, a fim de se adequar o Curso e seu currículo às peculiaridades da região, às normas nacionais e às da UFPA.

Em virtude dessa rede de avaliações, propomos a realização periódica de Seminários de Autoavaliação do Curso de Letras, buscando envolver todos os atores do processo educativo para analisar o desempenho do Curso a partir dos dados reunidos pelas avaliações internas e externas.

Os objetivos da autoavaliação são os seguintes:

? Atualizar metodologias, avaliar propostas e manter os projetos pedagógicos condizentes às diretrizes curriculares vigentes, bem como detectar possíveis dificuldades e/ou deficiências, procurando aperfeiçoar o processo acadêmico e a qualidade dos serviços prestados aos discentes;

? Estimular o processo criativo de autocrítica do curso, criando uma cultura de reconhecimento da necessidade de se autoavaliar para que se possa garantir à comunidade acadêmica ações permanentes de atualização e renovação, sejam de caráter científico e cultural, além da necessidade de se prestar contas das ações desenvolvidas;

? Diagnosticar de que forma se realizam e se inter-relacionam as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração;

? Firmar compromissos com a comunidade acadêmica, deixando claras as diretrizes que regem o projeto pedagógico e os fundamentos de uma avaliação sistemática e participativa, que permita reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações inerentes ao curso sempre que houver necessidade de novas implementações a partir dos diagnósticos levantados;

? Rever objetivos, metas e ações, para que possa oferecer novas perspectivas do curso de letras condizentes com momento histórico em que está inserido, assim o curso deve ser capaz de responder às modificações estruturais da sociedade;

? Elaborar, apresentar e implementar mudanças das atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa, de extensão e da gestão, com vistas à atualização e formulação de projetos pedagógicos socialmente legitimados e relevantes dentro do nosso curso.

O PPC deverá ser avaliado pelo menos uma vez a cada dois anos letivos, a partir de três perspectivas: docente, discente e do próprio projeto pedagógico, um dos instrumentos utilizados para a realização dessa avaliação será a plataforma on-line disponibilizada pela PROEG/UFPA, a partir dos resultados oferecidos pela plataforma constituir grupos com representantes das diversas categorias (docente, discente, técnicos e gestores) para analisar o desenvolvimento do projeto. Os problemas detectados nas avaliações deverão ser resolvidos por meio de ações planejadas de caráter continuum e compartilhado entre unidade e subunidade.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Ângela Maria Vasconcelos Sampaio	Mestre	Literatura e Teoria Literária	Dedicação Exclusiva
Benedita Maria do Socorro Campos de Sousa	Doutor	Língua Portuguesa e origens	Dedicação Exclusiva
Doriedson do Socorro Rodrigues	Doutor	Linguística	Dedicação Exclusiva
Gilcilene Dias da Costa	Doutor	Língua Portuguesa e Educação	Dedicação Exclusiva
Glauco Ramos Figueiredo	Doutor	Língua Portuguesa e Linguística	Dedicação Exclusiva
Ivone dos Santos Veloso	Doutor	Língua Portuguesa e suas Literaturas	Dedicação Exclusiva
Jorge Domingues Lopes	Doutor	Língua Portuguesa e suas Literaturas	Dedicação Exclusiva
José Orlando Pereira de Miranda Junior	Mestre	Ensino de Línguas - LIBRAS e Inglês	Dedicação Exclusiva
Luís de Nazaré Viana Valente	Mestre	Ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa	Dedicação Exclusiva
Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares	Doutor	Língua Portuguesa e suas Literaturas	Dedicação Exclusiva
Raquel Maria da Silva Costa Furtado	Doutor	Língua Portuguesa e Linguística	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

1. Célio Epifane Cruz, Especialista, mestrando, regime de trabalho: dedicação exclusiva
2. Solange Maria Martins Valente, Especialista, regime de trabalho: dedicação exclusiva

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Salas de atendimento administrativo, uma destina-se à direção e outra aos técnicos e auxiliares administrativos.	Sala	5	Administrativa	2
05 (cinco) gabinetes de Pesquisa cedidos para a FAL destinados à orientação acadêmica.	Sala	10	Orientação acadêmica	5
Sala de forma retangular, climatizada e com equipamento multimídia	Sala	50	Aula	16
Laboratório de Informática e Infocentro destinado à pesquisa	Laboratório	30	Aula	2

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
05 (cinco) gabinetes de Pesquisa cedidos para a FAL destinados à orientação acadêmica.	computador	Cedido	10	
Sala de forma retangular, climatizada e com equipamento multimídia	projedor	Cedido	16	
	datashow	Cedido	16	
Salas de atendimento administrativo, uma destina-se à direção e outra aos técnicos e auxiliares administrativos.	computador	Cedido	4	Além dos computadores, temos 02 impressoras, 05 armários para guardar documentos, 05 mesas 07 cadeiras.
	Impressora	Cedido	2	
	mesa	Cedido	5	

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto n.º 35.456, de 4 de maio de 1954. Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Belém. Diário Oficial [da] União, Rio de Janeiro, DF, Seção 1, 17/5/1954, p. 8875.

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 de abril de 2002.

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436/2002 sobre a Língua Brasileira de Sinais ? Libras. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 2005.

BRASIL. EMBRAPA. Mapa de reconhecimento da alta intensidade dos solos do Município de Cametá, Estado do Pará. Brasília, DF: EMBRAPA, 2001a. [Escala 1:100.000] Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/991120/mapa-de-reconhecimento-da-alta-intensidade-dos-solos-do-municipio-de-cameta-estado-do-para>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BRASIL. Banco de Experiências de Planos Diretores Participativos. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Experiencias>

Estados/CametaIgarapeMiriBaiaoLimoeiro_MobilizacaoPA.pdf. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Decreto n.º 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 10 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm. Acesso em: 11 nov. 2017.

BRASIL. IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>. Acesso em: 8 ago. 2017.

BRASIL. IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BRASIL. INEP. Enade 2014: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Relatório de Curso. Letras-Português (Licenciatura). Universidade Federal do Pará ? Cametá. Brasília, DF: MEC, INEP/Diretoria de Avaliação da educação Superior, 2015. (SINAES ? Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior)

BRASIL. INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3473526>. Acesso em: 3 mar. 2018.

BRASIL. MEC. LDB. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. MEC. REUNI ? Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes gerais. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares ? Cursos de Graduação. Brasília, DF: MEC, 2016b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao-&catid=323:orgaos-vinculados. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais ? 1ª a 4ª séries: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais ? 5ª a 8ª séries: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. MEC. PNE. Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional da Educação e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2001.

BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em 09 de março de 2020.

BRITO, Cristiane Santos; LORDELO, José Albertino de Carvalho. Avaliação da aprendizagem no ensino superior: uma visão do aluno. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; VIEIRA, Marcos Antonio (org.). Avaliação e sociedade: a negociação como caminho. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 253-272. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/112/4/Avaliacao e Sociedade.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/112/4/Avaliacao%20e%20Sociedade.pdf). Acesso em: 20 maio 2019.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de (org.). Situação da Educação Básica no Brasil. Brasília, DF: INEP, 1999.

FEARNSIDE, P.M. Controle de desmatamento em Mato Grosso: Um novo modelo para reduzir a velocidade de perda de floresta amazônica. In: MILLIKAN, B.; TEIXEIRA, L.; SALVO, L.; SACRAMENTO, M.; CURVO, P. (eds.) Workshop Aplicações do Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informação Geográfica no Monitoramento e Controle do Desmatamento na Amazônia Brasileira, 02 e 03 de abril de 2002. p. 29-40. Mimeo.

FERREIRA DA SILVA, Andréia. Formação de professores para a educação básica no Brasil: projetos em disputa (1987-2001). 2004. 392f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.

FIALHO, Denise da Silva; FIDELES, Lara Lopes. As Primeiras Faculdades de Letras no Brasil. História do Ensino de Línguas no Brasil, n. 2, jan. 2008. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-2-no-2-12008/106-as-primeiras-faculdades-de-letras-no-brasil>. Acesso em: 11 nov. 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (O mundo hoje; 21)

HOFFMAN, Jussara. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 16.ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

HURLEY, Jorge. A Cabanagem. Belém: Oficinas Gráficas da Livraria Classica, 1936.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília, DF: Inep, 2017a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 abr. 2018.

INEP. Resultados finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais) ? Anexo I. Brasília, DF: INEP, 2017b. (Sistema Educacenso). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em: 15 fev. 2017.

INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2016: notas estatísticas. Brasília, DF: MEC/INEP, 2017c.

MELLO, Alex Fiúza de. Fundamentos para um Projeto Político-Pedagógico Institucional. *Jornal Beira do Rio da Universidade Federal do Pará, Coluna do Reitor*, n. 66, p. 2, nov. 2008.

QEDu. Cametá: Ideb 2015. Disponível em: <http://qedu.org.br/cidade/3184-cameta/ideb>. Acesso em: 12 dez. 2017.

SCARTON, Gilberto. Guia de produção textual: assim é que se escreve. Porto Alegre: PUCRS, FALE/GWEB/PROGRAD, 2002. Disponível em: <http://www.pucrs.br/gpt>. Acesso em: 16 nov. 2010.

SECEX-PA. Relatório Sintético do Levantamento de Auditoria/ 2005. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2006. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/Comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2006/ObrasIrregulares/sintetico/25752029732350015_0343.pdf. Acesso em: 11 ago. 2019.

SOBRINHO, J. Dias. Avaliação. Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

SOBRINHO, J. Dias; RISTOFF, D. I. Avaliação democrática: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

SOUZA, Igor de. Memórias e histórias da interiorização. *Jornal Beira do Rio da Universidade Federal do Pará, Belém*, n. 99, p. 9, nov. 2011. Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2011/131-edicao-99--novembro/1273-memorias-e-historias-da-interiorizacao>. Acesso em: 15 out. 2017.

UFPA. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Resolução n.º 3.186, de 28 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA/CONSEP, 2004.

UFPA. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Resolução n.º 3.381, de 29 de dezembro de 2005. Homologa o Parecer n.º 135/2005 ? Câmara de Ensino de Graduação, que aprova a criação dos cursos que menciona. Belém: UFPA/CONSEP, 2005.

UFPA. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Resolução n.º 3.480, de 12 de dezembro de 2006. Dispõe sobre planos acadêmicos, regimes e horário de trabalho dos docentes da UFPA. Belém: UFPA/CONSEP, 2006.

UFPA. Regimento Geral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de dezembro de 2006.

UFPA. Estatuto. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de julho de 2006.

UFPA. Regulamento do Ensino de Graduação no âmbito da UFPA. Resolução n.º 3.633, de 18 de fevereiro de 2008. Belém: UFPA, 2008. Disponível em: http://campuscameta.ufpa.br/images/textos/regulamentograduacao_3633ufpa2008.pdf. Acesso em: 16 set. 2016.

UFPA. Projeto Pedagógico do Curso de Letras ? Parfor/Letras: (Altamira, Marabá, Goianésia, Dom Elizeu, Cametá, Breves, Abeatetuba, Barcarena, Tailândia, Bujaru, Benevides, Castanhal, Bragança, Capanema). Belém: UFPA/ Faculdades de Letras, 2010. 73p. Disponível em: http://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/pdf/curso/ppc_letras_parfor_portugus.pdf. Acesso em: 26 ago. 2017.

UFPA. Projeto do Curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa na modalidade a distância. Belém: UFPA/AEDI, 2012. 73p. Disponível em: http://aedi.ufpa.br/letras/projeto_pedagogico.pdf. Acesso em: 26 ago. 2017.

UFPA. Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. PDI ? Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2015 da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA/PROPLAN, 2017. Disponível em: http://pdi.ufpa.br/download.php?arquivo=media/PDI_2016-2025.pdf. Acesso em: 01 fev. 2018.

UFPA. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, CAC. Projeto Pedagógico on-line: roteiro de orientação. Belém: UFPA/PROEG, 2016.

USP. Projeto Pedagógico do Curso de Letras. São Paulo: Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2013. Disponível em: <http://www.dlm.fflch.usp.br/node/859>. Acesso em: 23 set. 2017.

ZOZZOLI, Rita Maria Diniz. Língua Materna e Língua Estrangeira: o discurso da dominação e o ensino de línguas. In: BRITO, Célia Maria Coêlho; TEIXEIRA, Elizabeth Reis (org.). Aquisição e ensino-aprendizagem do português. Belém: EDUFPA, 2002. p. 265-287.

?

PARECERES E RESOLUÇÕES CNE

PARECER CNE/CES 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 jul. 2001b, seção 1e, p. 50.

PARECER CNE/CES n.º 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais ? Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

PARECER CNE/CES n.º 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001. Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais ? Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras,

Museologia e Serviço Social.

PARECER CNE/CES n.º 223/2006, aprovado em 20 de setembro de 2006. Consulta sobre a implantação das novas diretrizes curriculares, formulada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PARECER CNE/CES n.º 83/2007, aprovado em 29 de março de 2007. Consulta sobre a estruturação do curso de Licenciatura em Letras, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Letras e para a Formação de Professores.

PARECER CNE/CP n.º 5/2009, aprovado em 5 de maio de 2009. Consulta sobre a licenciatura em Espanhol por complementação de estudos.

RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 1, de 18 de março de 2011. Estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras.

PARECER CNE/CES n.º 48/2013, aprovado em 20 de fevereiro de 2013 ? Consulta sobre equivalência dos diplomas apresentados pela Servidora Sirlene Aparecida Aarão com o solicitado em edital de Concurso Público.

RESOLUÇÃO CNE/CP N.º 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

RESOLUÇÃO CNE/CP N.º 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

RESOLUÇÃO CNE/CES n.º 18, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

RESOLUÇÃO CNE/CES n.º 2, de 27 de agosto de 2004. Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º de setembro de 2004, Seção 1, p. 17.

RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 de julho de 2015, Seção 1, p. 8-12.

RESOLUÇÃO N. 4.399, DE 14 DE MAIO DE 2013 (disponível em: http://www.proeg.ufpa.br/images/Artigos/Academico/Downloads/Regulamento_de_Graduacao.pdf)

BNCC (disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>)

BNCFP

(disponível

em:

<https://formacaoprofessordotcom.files.wordpress.com/2018/12/BNC-Formac%C2%B8ao-de-Professores-V0.pdf>)

Resolução CNE/CP Nº2, de 20 de dezembro de 2019 (disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>)

RESOLUÇÃO Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808)

RESOLUÇÃO MEC Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192